



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ROBSON ABRAÃO FONSÊCA VIANA

**O LEVANTE PATRIOTA NO PARLAMENTO EUROPEU: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A EXTREMA DIREITA A PARTIR DO GRUPO “PATRIOTS FOR EUROPE”**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
JULHO, 2026

ROBSON ABRAÃO FONSÊCA VIANA

**O LEVANTE PATRIOTA NO PARLAMENTO EUROPEU: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A EXTREMA DIREITA A PARTIR DO GRUPO “PATRIOTS FOR EUROPE”**

Trabalho de Conclusão de Curso 2 apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

JULHO, 2026

ROBSON ABRAÃO FONSÊCA VIANA

**O LEVANTE PATRIOTA NO PARLAMENTO EUROPEU: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE A EXTREMA DIREITA A PARTIR DO GRUPO “PATRIOTS FOR EUROPE”**

Trabalho de Conclusão de Curso 2 apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira.

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira (Orientador)

Profa. Dra. Livia Peres Milani (Membro convidado-Externo)

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque (Membro convidado-Interno)

Dedico este trabalho à memória de minha vovó, Maria Antônia, que, de onde estiver, continua fazendo eu me sentir especial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Cairo Gabriel Borges Junqueira, por todo acompanhamento e cuidado durante a produção deste trabalho. Sem o senhor, eu não conseguiria fazê-lo. Obrigado por todos os e-mails respondidos, aulas, monitorias, conversas, cartas de recomendação e principalmente pelo interesse em me explicar o que não pude compreender sozinho.

Agradeço aos professores presentes nesta trajetória como membros da banca, Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta, Livia Peres Milani e Rodrigo Barros de Albuquerque por terem se prontificado a participar das bancas de TCC 1 e 2, além de dedicarem seu tempo (conforme professora Bárbara me falou uma vez: “é o que temos de mais valioso”) a fim de contribuir com minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao Departamento de Relações Internacionais, em especial aos demais docentes com quem tive contato, foram eles: Bruno, Camilla, David, Edson, Érica, Flávia, Geraldo, Lucas, Sivanildo e Thiago. Sou muito grato por todo conhecimento transmitido. Em especial, Bruno, Camilla, David e Sivanildo, os quais tiveram uma participação curta, mas com grandes efeitos.

À Universidade Federal de Sergipe, que, apesar de seus problemas, sempre esteve de portas abertas para mim.

Agradeço à minha mãe, Ana, por sempre fazer o possível, e muitas vezes o impossível, para me ver feliz. Eu realmente não sei o que seria de mim sem você, mãe. Ao meu avô, Albano (ou simplesmente “vovô”, como eu sempre chamei, desde que me entendo por gente), por todo suporte ao longo da minha vida, em especial nos dias que eu chegava tarde da universidade. Aos meus tios, Titia — a quem nunca chamei de Amanda — Tio Júnior e Tio Ivan, por me fazerem entender o que é família. Aos meus primos, Felipe e Letícia, por todas as brigas, conversas e brincadeiras; espero que um dia vocês entendam que sempre os enjoei porque eu amo vocês. À Kelly, que cuida de mim desde o terceiro ano do ensino médio e pôde acompanhar de perto a minha graduação, sempre estando disposta a me ajudar, a fazer meu almoço todos os dias religiosamente às 10h da manhã e a conversar comigo sobre a vida.

Dai, meu bem, obrigado por todo companheirismo, cuidado e por me mostrar que o amor está nos atos mais simples do nosso dia. Desde que te conheci, você tem me encorajado a ser uma melhor versão diariamente. Mal posso esperar para dividir uma vida inteira com você. À Dona Ane, Rai, Mari, Iza, Dri, Milly e Salém, que sempre fizeram eu me sentir em casa.

Agradeço à amizade de Bibs (Beatriz), Gêgê (Geovanna), Manu e Mari, por toda aventura que foi a graduação. Além das parcerias nos trabalhos, atividades e fichamentos de Bárbara (esta última especialmente para Bibs e Dai), vocês tornaram a minha jornada mais leve e feliz. Vocês foram essenciais para eu ter chegado aqui. Existe uma frase de *How I Met Your Mother* que está nos meus pensamentos enquanto escrevo: “Não importa o que você faça nesta vida, não é lendário a menos que seus amigos estejam lá para ver”. Sinto que, de alguma maneira, lembrarei dessa trajetória com um grande amor e carinho, devo isso a vocês.

Um especial agradecimento às pessoas com quem dividi muitas horas jogando videogame, uma das minhas atividades favoritas. Enoch, Clary (Fernanda), Lucas, Sinforoso (Nicolas) e Júlio, obrigado por terem compartilhado esse espaço comigo, certamente lembrarei com uma enorme nostalgia de todas as partidas de Rainbow Six, FIFA e Fortnite, além de outros jogos, que escolhemos passar raiva juntos. O que mais me deixava feliz não era necessariamente jogar, mas sim estar com vocês.

Às valiosas amizades que a vida me proporcionou, Agatinha, Gabriel e Roger, obrigado por todas as risadas, conselhos, puxões de orelha e sinceridade. Vocês, sem sombra de dúvidas, constituem uma parte importante de mim.

Cada geração, sem dúvida, acredita estar destinada a refazer o mundo. A minha sabe, contudo, que não o refará. Sua tarefa é talvez maior: impedir que o mundo se desfaça.

(Albert Camus)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AfD — *Alternative für Deutschland* (Alternativa para a Alemanha)
- ANO 2011 — *Akce nespokojených občanů* (Ação dos Cidadãos Insatisfeitos)
- BCE — Banco Central Europeu
- CECA — Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
- CEE — Comunidade Económica Europeia
- DR — Grupo das Direitas Europeias
- ECR — *European Conservatives and Reformists* (Conservadores e Reformistas Europeus)
- ED — *European Democrats* (Democratas Europeus)
- EDD — *Europe of Democracies and Diversities* (Europa das Democracias e das Diversidades)
- EDN — *Europe of Nations* (Europa das Nações)
- EFD — *Europe of Freedom and Democracy* (Grupo Europa da Liberdade e da Democracia)
- EFDD — *Europe of Freedom and Direct Democracy* (Europa da Liberdade e da Democracia Direta)
- EPP — *European People's Party Group* (Grupo do Partido Popular Europeu)
- ESN — *Europe of Sovereign Nations* (Europa das Nações Soberanas)
- Euratom — Comunidade Europeia da Energia Atômica
- FPÖ — *Freiheitliche Partei Österreichs* (Partido da Liberdade da Áustria)
- GAL — *Green-Alternative-Libertarian* (Verde/Alternativo/Libertário)
- ID — *Identity and Democracy* (Identidade e Democracia)
- IND/DEM — *Independence/Democracy Group* (Grupo Independência/Democracia)
- KDNP — *Kereszténydemokrata Néppárt* (Partido Popular Democrático-Cristão — Hungria)
- MEGA — *Make Europe Great Again* (Faça a Europa Grande Novamente)
- MPE — Membro do Parlamento Europeu
- NI — *Non-Inscrits* / Não Inscritos
- ONG — Organização Não Governamental
- PE — Parlamento Europeu
- PESC — Política Externa e Segurança Comum
- PfE — *Patriots for Europe* (Patriotas pela Europa)
- PVV — *Partij voor de Vrijheid* (Partido para a Liberdade — Países Baixos)
- RDE — *European Democratic Alliance* (Aliança dos Democratas Europeus)
- RN — *Rassemblement National* (Reagrupamento Nacional — França)

S&D — *Progressive Alliance of Socialists and Democrats* (Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas)

TAN — *Traditional-Authoritarian-Nationalist* (Tradicional/Autoritário/Nacionalista)

TUE — Tratado da União Europeia

UE — União Europeia

UEM — União Econômica e Monetária

UEN — *Union for Europe of the Nations* (União para a Europa das Nações)

UKIP — *UK Independence Party* (Partido da Independência do Reino Unido)

UNRWA — *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*
(Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1. Representatividade da extrema direita por grupo político no Parlamento Europeu a partir de cada sessão constitutiva (1979–2024)	34
Figura 2. Representatividade do euroceticismo de direita por grupo político no Parlamento Europeu a partir de cada sessão constitutiva (1979–2024)	36
Figura 3. Sessão constitutiva para o décimo mandato (2024–2029) do Parlamento Europeu dividida por grupo político	41
Figura 4. Lideranças do <i>Patriots for Europe</i>	45

QUADROS

Quadro 1. Revisão sistemática de literatura sobre a nova extrema direita	17
Quadro 2. Revisão sistemática de literatura sobre o euroceticismo	24
Quadro 3. Síntese das dimensões político-partidárias do Parlamento Europeu	32
Quadro 4. Síntese dos posicionamentos e principais resultados analíticos das declarações dos eurodeputados do <i>Patriots for Europe</i>	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução histórica da composição numérica do Parlamento Europeu (1958–2024)	28
Tabela 2. Ciclos de representatividade da extrema direita no Parlamento Europeu (1979–2024)	34
Tabela 3. Ciclos de representatividade da direita eurocética no Parlamento Europeu (1979–2024)	37
Tabela 4. Representatividade dos partidos nacionais no Patriots for Europe para o décimo mandato	43

RESUMO

As eleições de junho de 2024 para o Parlamento Europeu (PE) resultaram em um crescimento expressivo da representação da extrema direita, processo que culminou na criação da coalizão *Patriots for Europe* (PfE) no mês subsequente. Diante desse panorama, o presente trabalho de conclusão de curso busca investigar como as lideranças do PfE manifestam suas ideologias ligadas à extrema direita e ao movimento eurocético no PE. A análise se justifica pelo crescimento da relevância da extrema direita como ator coletivo e heterogêneo nas relações internacionais e visa compreender como o PfE articula seus debates em uma instituição fundamental para a integração europeia, tendo em vista a escassez de estudos sobre essa dinâmica intra-grupo na literatura. Metodologicamente, adotou-se estudo de caso único descritivo-exploratório, utilizando análise de conteúdo qualitativa fundamentada em fontes primárias — como as declarações das lideranças do PfE em *plenary booklets* (livretos de sessões plenárias) e dados sobre a representatividade de coalizões eurocéticas e da extrema direita no PE — além do suporte de fontes secundárias, especificamente a literatura especializada, para embasar o estudo sobre esses grupos e o movimento eurocético na União Europeia. Como resultado, as conclusões da pesquisa indicam que o PfE apresenta uma coordenação interna bem estruturada, a qual se fundamenta na retórica compartilhada por seus membros, conferindo à coalizão uma capacidade significativa de intervir nos debates parlamentares e de priorizar temas de seu interesse dentro do Parlamento.

Palavras-chave: União Europeia; *Patriots for Europe*; Euroceticismo; Política Internacional; Imigração.

ABSTRACT

The June 2024 European Parliament (EP) elections resulted in a significant increase in far-right representation, a process that culminated in the formation of the Patriots for Europe (PfE) coalition the following month. Against this backdrop, this undergraduate thesis investigates how PfE leaders articulate ideologies associated with the far right and the Eurosceptic movement within the European Parliament. The study is motivated by the growing relevance of the far right as a heterogeneous collective actor in international relations and seeks to examine how the PfE structures and advances its political agenda within one of the European Union's core institutions, addressing a gap in the literature concerning the coalition's internal dynamics. Methodologically, the research adopts a descriptive-exploratory single case study design and employs qualitative content analysis based on primary sources, including statements delivered by PfE leaders in plenary booklets and data on the parliamentary representation of Eurosceptic and far-right coalitions in the European Parliament. These materials are complemented by secondary sources, particularly the specialized literature on far-right parties and the Eurosceptic movement in the European Union. The findings indicate that the PfE exhibits a well-structured internal coordination grounded in a shared rhetorical framework among its members, enabling the coalition to intervene effectively in parliamentary debates and to prioritize issues aligned with its political agenda within the European Parliament.

Keywords: European Union; Patriots for Europe; Euroscepticism; International Politics; Immigration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 A POPULARIZAÇÃO DO RADICALISMO: Uma revisão de literatura sobre as novas extremas direitas na Europa e o euroceticismo.....	11
2.1 A ascensão da extrema direita europeia contemporânea.....	11
2.1.1 As diferentes tipologias da nova extrema direita.....	18
2.2 Euroceticismo: evolução conceitual e centralidade no debate contemporâneo.....	19
3 O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA E DO EUROCETICISMO NO PARLAMENTO EUROPEU.....	26
3.1 O que é o Parlamento da União Europeia?.....	26
3.2 Os grupos políticos transnacionais do Parlamento Europeu.....	29
3.2.1 Dimensões político-partidárias dos grupos no PE.....	30
3.3 O avanço da extrema direita no PE.....	33
3.4 O avanço do euroceticismo de direita no PE.....	36
3.4.1 Os efeitos da Crise de 2008 sobre o PE.....	39
3.5 O pleito de 2024 e o “Patriots for Europe”.....	40
4 OS POSICIONAMENTOS DA COALIZÃO “PATRIOTS FOR EUROPE” NO PARLAMENTO EUROPEU: Uma análise de conteúdo qualitativa dos “plenary booklets”.....	45
4.1 Como o euroceticismo se manifesta no PfE?.....	47
4.2 Quais as principais agendas mobilizadas pelo PfE?.....	51
4.3 Quais são os posicionamentos do PfE sobre política internacional?.....	56
4.4 A união faz a força: principais resultados das declarações dos “plenary booklets”.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A – Análise de conteúdo qualitativa de "plenary booklets" do PfE (outubro 2024 - maio 2026).....	73

1 INTRODUÇÃO

A União Europeia (UE) é um bloco econômico e político singular, composto por 27 países-membros do continente europeu¹. Seus principais objetivos estão relacionados à manutenção da paz, estímulo à cooperação, promoção da solidariedade e do compartilhamento de valores (European Commission, 2017, p. 3). Nesse sentido, o quadro organizacional da União é bastante complexo e inclui instituições como: (i) Comissão Europeia, responsável pelo poder executivo; (ii) Conselho Europeu, que corresponde à reunião de chefes de Estado para estabelecerem as linhas gerais do bloco; (iii) Conselho da UE, formado por ministros dos países-membros que trata de demandas específicas; e, por último, o Parlamento da UE, objeto de estudo deste projeto (Costa, 2020, p. 86-112).

O principal método de tomada de decisão utilizado na UE é o comunitário, sendo baseado na supranacionalidade da “parceria entre os representantes dos Estados, os principais beneficiários da política (partes interessadas) e os agentes de instituições [europeias]” (Costa, 2020, p. 133). Para esse método, as instituições supranacionais tomam decisões em favor da UE. Outro exemplo é a cooperação intergovernamental, a qual se refere às decisões tomadas a partir do consenso dos Estados-membros do bloco para determinadas temáticas que não são tratadas a partir da supranacionalidade, como regimes de segurança e defesa. A intergovernamentalidade mantém a prerrogativa nacional, recusando que um Estado delegue uma responsabilidade de sua soberania para a União Europeia deliberar sobre (Costa, 2020, p. 62).

O Parlamento Europeu (PE), como o conhecemos hoje, tem suas raízes na Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A partir de 1957, com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), tal instituição foi transformada em Assembleia Parlamentar Europeia. A atual estrutura do PE foi formalizada em 30 de março de 1962, substituindo suas formas anteriores. Ainda em 1979, a instituição foi palco das primeiras eleições diretas realizadas por sufrágio universal (European Commission, 2017, p. 13; Maciejewski, 2025).

Com efeito, o PE é um dos órgãos mais multifacetados da UE, tendo em vista as suas funções desempenhadas juntamente com sua composição transnacional. Costa (2020, p. 53-54) atribui ao PE as funções de: (i) adotar iniciativas para expressar opiniões sobre

¹ No momento de produção deste trabalho, em meados de 2026, são eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia (União Europeia, s.d.).

questões internas e internacionais; (ii) questionar, supervisionar e investigar a Comissão e o Conselho da UE; (iii) legislar leis para a União; (iv) deliberar sobre o orçamento dos órgãos da UE; (v) nomear cargos importantes, a exemplo da presidência da Comissão e do Banco Central Europeu (BCE); (vi) indagar e recomendar em assuntos de política externa e segurança. O PE é composto atualmente por 720 representantes (719 eurodeputados e a Presidência, eleita pelos demais), os quais têm a função de defender os interesses dos cidadãos europeus dos Estados-membros. É digno de nota que os Membros do Parlamento Europeu (MPEs) são organizados em grupos políticos transnacionais a partir de seus interesses, ou seja, parlamentares de diferentes países podem se unir em uma mesma coalizão no objetivo de representar suas crenças políticas.

Todavia, a composição dessas coalizões transnacionais tem sofrido transformações profundas nas últimas décadas, refletindo a reorganização das forças políticas no continente. Esse cenário vem refletindo cada vez mais a ascensão da extrema direita, um espectro político que agrega atores coletivos ultranacionalistas, excludentes e autoritários, determinados por critérios socioculturais, ainda que diferentes quanto à democracia (Golder, 2016; Mudde, 2019; Pirro, 2023). Impulsionado por crises econômicas e reações socioculturais ligadas à globalização e à imigração, esse fenômeno político passou a tensionar as bases do constitucionalismo liberal europeu, valendo-se de estratégias populistas para dar voz ao descontentamento social e sensibilizar uma parcela significativa do eleitorado contra temas como a integração supranacional europeia e a imigração (Halikiopoulou; Vlandas, 2019; Gagatsek, 2024). Adicionalmente, é significativo ressaltar que o movimento se contrapõe às estruturas da atual Ordem Liberal Internacional, cujo sistema de governança baseia-se em multilateralismo, livre comércio, segurança coletiva e defesa dos Direitos Humanos (Orellana; Michelsen, 2019; Abrahamsen, 2020).

Somado a isso, a progressiva centralização de poder nas instâncias supranacionais da UE e as crises político-econômicas das últimas décadas (Crise de 2008, Crise de Refugiados de 2015 e a Pandemia de Covid-19, por exemplo) passaram a ser fortemente contestadas por movimentos nacionalistas na Europa (Mudde, 2019). Esse fenômeno, conceituado na literatura como euroceticismo, reflete uma oposição — seja ela reformista (*soft*) ou radical (*hard*) — à perda de autonomia soberana dos Estados-membros da UE em detrimento do aprofundamento da integração impulsionada por Bruxelas (Taggart; Szczerbiak, 2002; Ultan; Ornek 2015; Treib, 2020). Historicamente marginalizados, os discursos eurocéticos encontraram terreno fértil na esteira da popularização da extrema direita no continente

europeu, transformando aquilo que antes era uma reação periférica em uma força política consolidada e de caráter transnacional, conforme demonstrado nos Capítulos 2 e 3.

Recentemente, a ascensão de grupos de extrema direita no Parlamento tornou-se um tema que mobiliza debates importantes na sociedade europeia. Os pleitos que ocorreram de 6 a 9 de junho de 2024, marcando a 10ª legislatura do órgão, demonstraram uma ampliação bastante significativa da representatividade da extrema direita, constituindo atualmente cerca de 15% do órgão. Foi nesse panorama que, em julho do mesmo ano, surgiu o *Patriots for Europe* (Patriotas pela Europa, denominado pela sigla “PfE”). A nova aliança ocupou o espaço do antigo grupo *Identity and Democracy* (Identidade e Democracia, “ID”), sendo liderado pelo ex-primeiro-ministro da Hungria Viktor Orbán. A fundação do PfE decorreu, primordialmente, do distanciamento em relação ao partido nacional alemão *Alternative für Deutschland* (AfD) e da consolidação da parceria com o *Fidesz* (União Cívica Húngara). Com o agrupamento inicial de 84 eurodeputados (que depois aumentou para 85), o PfE consolidou-se como a terceira maior força na Assembleia, atuando como um vetor central das pautas eurocéticas e da extrema direita (Pavva, 2024; McGowan, 2025; Parlamento Europeu, 2026b; Patriots for Europe, 2026b).

No que tange à moldura conceitual e metodológica que orienta esta investigação, faz-se necessário explicitar duas escolhas fundamentais. Primeiramente, no plano terminológico, adota-se o conceito de extrema direita (frequentemente mobilizado na literatura internacional como *far right*) como um conceito guarda-chuva. Amparando-se nas formulações de Mudde (2019) e Pirro (2023), essa opção justifica-se por sua capacidade de abarcar tanto a direita radical populista — que opera tensionando os limites do constitucionalismo liberal por dentro de regimes democráticos — quanto vertentes mais extremistas.

A partir da conjuntura explicitada, o presente trabalho busca responder à seguinte pergunta: como o PfE se mobiliza e defende seus interesses no PE considerando as ideologias da extrema direita e o processo do euroceticismo? Dessa maneira, o objetivo central deste trabalho é analisar a mobilização desses eurodeputados do PfE, considerando suas respectivas declarações em se tratando de euroceticismo, mobilização de agendas e política internacional. Para tal, foi preciso: (i) conceitualizar a nova extrema direita europeia e o movimento eurocético, compreendendo os debates na literatura especializada acerca dessas temáticas; (ii) averiguar a evolução da representatividade de grupos políticos transnacionais ligados à extrema direita e ao movimento eurocético no Parlamento Europeu ao longo das dez sessões constitutivas (1979–2024); (iii) analisar as origens e o surgimento do grupo *Patriots for*

Europe no Parlamento Europeu em 2024, bem como os fundamentos ideológicos defendidos pela coalizão; (iv) examinar os posicionamentos das lideranças do *Patriots for Europe* presentes nos *plenary booklets* (livretos de sessões plenárias) disponibilizados no website do grupo, mapeando suas principais agendas, discursos e reivindicações.

A escolha do referido objeto de estudo e a delimitação desta pesquisa se justificam por critérios de relevância teórica, prática e social. No plano teórico, o estudo preenche uma lacuna significativa na literatura especializada da Ciência Política e Relações Internacionais decorrente do caráter incipiente de pesquisas sobre as dinâmicas de articulação e coordenação interna das coalizões no PE, oferecendo uma análise sobre um ator supranacional recente e central nas dinâmicas da instituição europeia. No âmbito prático e empírico, esta investigação revela-se oportuna para assimilar o fenômeno da ascensão da extrema direita e do euroceticismo a partir do exame de suas práticas discursivas contemporâneas. O trabalho oferece uma contribuição pertinente ao demonstrar como o PfE instrumentaliza temas tradicionais — como imigração e oposição à agenda verde —, ao mesmo tempo em que revela novas nuances empíricas, como a ressignificação da liberdade de expressão face à regulação digital e a imposição de uma condicionalidade estrita de repatriação na política externa com o continente africano. Por fim, a pesquisa possui relevância social ao auxiliar na compreensão de como discursos radicais são institucionalizados e mobilizados coletivamente em um dos blocos políticos atualmente mais influentes e complexos do cenário supranacional europeu.

Em termos metodológicos, partindo dos conhecimentos apresentados por Gomes Neto, Albuquerque e Silva (2024), adotou-se um desenho de pesquisa de caráter qualitativo, estruturado como um estudo de caso único descritivo-exploratório focado na investigação empírica do grupo político transnacional *Patriots for Europe*. Para operacionalizar o estudo, utilizou-se uma análise de conteúdo como principal método para tratar as fontes primárias — declarações dos eurodeputados do PfE contidas em *plenary booklets* (livretos de sessões plenárias) disponibilizados no website do grupo (Patriots for Europe, 2026d). A pesquisa também assumiu um caráter descritivo ao sistematizar as informações extraídas do caso para apresentar suas configurações e interações ideológicas feitas por meio das declarações presentes nos documentos analisados. Simultaneamente, constitui-se como uma investigação exploratória com dados transversais, uma vez que se volta a um fato político recente e estudado pela literatura de forma inicial, buscando informações empíricas em fontes primárias a partir de três dimensões analíticas fundamentais — (i) euroceticismo; (ii) agendas

mobilizadas; (iii) política internacional — servindo como base para a formulação de novas hipóteses qualitativas para responder a pergunta norteadora da pesquisa.

Em relação às fontes primárias, os livretos das sessões são documentos publicados mensalmente (exceto nos períodos de recesso) a critério dos próprios grupos políticos transnacionais, nos quais os MPEs expõem seus posicionamentos acerca de determinadas agendas, temáticas e acontecimentos com influência no PE. Tais informes foram escolhidos como fonte primária por representarem as ideologias das lideranças do grupo frente às agendas legislativas recorrentes no cotidiano da UE, além de servirem como um canal de comunicação direto com o eleitorado e apoiadores.

A delimitação do período de coleta de dados compreendeu o intervalo entre outubro de 2024 e maio de 2026, tendo como marco inicial o primeiro livreto de sessão plenária publicado pelo PfE. A definição desse recorte temporal foi fundamentada na disponibilidade documental da plataforma, sendo o termo final estabelecido conforme o registro de dados mais atualizado alcançado pela presente etapa da pesquisa. No total, foram coletados 21 livretos, somando 357 páginas de publicações dos parlamentares da referida coalizão. Para operacionalizar esse volume documental, procedeu-se à catalogação sistemática do material por meio de uma planilha de controle (ver Apêndice A²).

No que concerne à delimitação do corpus documental referido, estabeleceu-se o encerramento da coleta de dados em maio de 2026 a partir da articulação de dois critérios fundamentais. O primeiro, de natureza operacional e cronológica, vincula-se ao *timing* institucional da pesquisa, delimitado de modo a viabilizar o tratamento qualitativo aprofundado do material e a subsequente redação e defesa deste trabalho dentro dos prazos estipulados. O segundo critério pautou-se pelo princípio da saturação teórica e retórica, conforme balizado pela metodologia qualitativa de análise de conteúdo. Ao longo do mapeamento sistemático dos 21 livretos que compuseram a análise, observou-se que as manifestações das lideranças do grupo passaram a apresentar uma reiteração regular e previsível de seus padrões discursivos. A recorrência estrita das categorias analíticas estabelecidas demonstrou que a inclusão de novos meses documentais não agregaria novas propriedades conceituais ou nuances empíricas inéditas à pergunta de pesquisa, justificando cientificamente a suficiência da base de dados empírica consolidada para este estudo de caso.

2

Disponível em:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1dWopZluSj7k_u9EWIdCpwtEyd4e-MJpF6i4VOhzYKgs/edit?usp=sharing.

Com o intuito de examinar a evolução histórica da representatividade dos blocos transnacionais de extrema direita e eurocéticos de direita no PE, a pesquisa utilizou um arranjo de dados longitudinais obtidos no portal oficial da instituição³. Essa base de dados temporal permitiu aplicar o método comparativo para mapear a trajetória de participação e as alterações sofridas por esses atores ao longo de dez sessões constitutivas da Assembleia (1979 a 2024). Como resultado desse acompanhamento longitudinal, elaboraram-se figuras, tabelas e matrizes cíclicas que ilustram analiticamente o percurso e a flutuação no preenchimento de assentos por parte desses grupos ao longo das últimas quatro décadas.

Adicionalmente, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, como artigos, periódicos, livros e textos on-line. No campo da fundamentação teórica sobre a nova extrema direita, destacam-se as contribuições de Mudde (2019), Golder (2016) e Pirro (2023). A análise do euroceticismo e de suas tipologias foi sustentada principalmente a partir das formulações de Taggart e Szczerbiak (2002) e Vasilopoulou (2009). Para a compreensão da dinâmica político-partidária e do funcionamento institucional do PE, a pesquisa utilizou os modelos analíticos de Hooghe, Marks e Wilson (2002) — especificamente a dimensão GAL–TAN — e de Costa (2020). Por fim, as discussões sobre a transnacionalização e o comportamento desses grupos frente à atual ordem global foram respaldadas pelas perspectivas de Abrahamsen (2020) e Orellana e Michelsen (2019).

Portanto, enquanto as fontes primárias possibilitaram o exame direto e prático da mobilização dos eurodeputados do recorte proposto, as fontes secundárias forneceram o arcabouço teórico e o contexto significativos para a compreensão dos fenômenos estudados. Sendo assim, a combinação de tais procedimentos metodológicos se justifica pela necessidade de apreender de forma ampla a atuação dos agentes representados, demonstrando o modo pelo qual eles defendem e articulam suas ideologias no âmbito supranacional europeu.

Com base nos resultados, esta pesquisa conclui que o PfE consegue unificar uma base transnacional heterogênea em termos de nacionalidade sob uma retórica comum, especificamente via contraposição de agendas mais progressistas e ambientais, propostas de endurecimento das políticas migratórias do bloco, críticas às estruturas europeias e à atuação de suas respectivas instituições e lideranças. Considerando as pautas levantadas e a grande representatividade que o grupo possui no PE (com 85 eurodeputados atualmente, constituindo a 3ª maior coalizão no PE), o que consolida o PfE como um bloco estratégico importante nas dinâmicas dentro do Parlamento.

³ Disponível em: <https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-eleitorais/1979-1984/sessao-constitutiva/>.

Finalmente, a estrutura deste trabalho está dividida em três capítulos fundamentais. O primeiro deles se volta para o debate teórico na literatura especializada acerca da extrema direita e do euroceticismo. Em um primeiro momento, o foco reside na exploração de definições conceituais, nos fatores que tornaram possíveis a ascensão de tais fenômenos e nas tipologias ideológicas identificadas pelas principais bibliografias do campo. O propósito central é mapear os elementos que ajudem no entendimento sobre a ascensão da extrema direita, a forma como esses grupos se organizam e, posteriormente, a relação com o movimento eurocético.

O segundo capítulo foca na apresentação das dinâmicas envolvendo os movimentos eurocéticos e da extrema direita com o PE. A discussão se inicia com a contextualização histórica e funcional da instituição, seguida pela apresentação das dimensões político-partidárias que a compõem. Posteriormente, examina-se a trajetória de crescimento da extrema direita e do euroceticismo nas eleições parlamentares compreendidas entre 1979 e 2024, culminando na apresentação do grupo político transnacional *Patriots for Europe* (PfE).

Por derradeiro, o terceiro capítulo se dedica ao exame empírico do posicionamento das lideranças do PfE, utilizando como fonte as declarações contidas nos livretos das sessões plenárias. Para tal, a seção divide-se em subcategorias que refletem os eixos analíticos da pesquisa: (i) as manifestações de caráter eurocético; (ii) a mobilização de agendas temáticas específicas; e (iii) as visões sobre política internacional.

2 A POPULARIZAÇÃO DO RADICALISMO: Uma revisão de literatura sobre as novas extremas direitas na Europa e o euroceticismo

Este primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar, a partir de revisão bibliográfica, a ascensão da extrema direita europeia e os movimentos eurocéticos. Embora a literatura apresente elevado grau de convergência, é possível organizá-la em torno de eixos analíticos centrais, como: (i) definições conceituais; (ii) fatores explicativos; (iii) características ideológicas; (iv) tipologias organizacionais; e (v) dimensões transnacionais. Nosso objetivo é identificar elementos que ajudem a entender a ascensão da extrema direita, a forma como esses grupos se organizam e, posteriormente, a relação com o movimento eurocético.

Além disso, também buscar-se-á analisar a evolução do euroceticismo no contexto da integração europeia, argumentando que o fenômeno deixou de ocupar uma posição marginal para se consolidar como uma força política relevante, especialmente associada à extrema direita, sendo moldado por crises econômicas, dinâmicas identitárias e estratégias políticas. Para isso, será necessário: (i) definir o referido objeto; (ii) apresentar as tipologias existentes na academia; (iii) exibir as origens e o avanço histórico dos movimentos; e (iv) identificar fatores explicativos para o fenômeno. Por fim, importa mencionar que esta revisão toma como ponto de partida os trabalhos de Knopf (2006) e Canuto e Oliveira (2020) e os estudos considerados mais relevantes na literatura especializada sobre extrema direita e euroceticismo.

2.1 A ascensão da extrema direita europeia contemporânea

Extrema direita (*far right*) é um espectro político que faz parte de um conjunto de correntes ideológicas atribuídas à direita política. É válido pontuar que este trabalho utiliza o termo “ideologia” com base no “significado fraco” colocado por Norberto Bobbio (1998). Dessa maneira, ideologia implica “um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (Bobbio, 1998, p. 585). Bobbio (1994) argumenta que a direita política distingue-se da esquerda em virtude da sua posição sobre a igualdade, entendendo que a desigualdade está enraizada e institucionalizada na sociedade, retirando a responsabilidade que o Estado teria em corrigi-la.

A ideologia ligada a um espectro mais moderado (ou menos extremo) da direita compreende o constitucionalismo liberal, ou seja, parte do pressuposto que o sistema democrático possui estruturas que devem defender os direitos e liberdades individuais, sendo um papel do Estado proteger esses princípios — como a propriedade privada. Nesse

enquadramento teórico, a direita política entende a sociedade a partir de uma perspectiva verticalizada, isto é, a ordem e a hierarquia são elementos necessários para a coesão social. Em síntese, a direita se utiliza dos mecanismos estatais para conservar as bases da sociedade (Bobbio, 1994; Pirro, 2023).

É amplamente aceito pela bibliografia especializada que a extrema direita agrega atores coletivos ultranacionalistas, excludentes e autoritários, determinados por critérios socioculturais, ainda que diferentes quanto à democracia (Golder, 2016; Gattinara; Pirro, 2018; Mudde, 2019; Orellana; Michelsen, 2019; Abrahamsen, 2020; Pirro, 2023; Tannous, 2023; Gagateg, 2024). Diferente de um espectro mais moderado, a extrema direita rejeita o constitucionalismo liberal, apoiando mais uma democracia iliberal⁴. Embora todas as correntes da extrema direita sejam antiliberais, nem todas são antidemocráticas, o que este trabalho aprofundará posteriormente (Pirro, 2023).

No que corresponde à ascensão recente da extrema direita europeia, Cas Mudde (2019) elenca alguns eventos que impulsionaram esse fenômeno, com destaque para os ataques de 11 de setembro, a Grande Recessão em 2008 e a Crise de Refugiados de 2015. Para o autor neerlandês, tal conjuntura e os principais assuntos tratados — imigração, segurança, corrupção e política externa — permitiram que a extrema direita ganhasse amplo apoio no continente europeu nos últimos anos. É pertinente registrar que boa parte das ideias trazidas por Mudde (2019) é amplamente aceita na literatura dedicada à ascensão da extrema direita.

Mudde (2019) também propõe que a extrema direita vive atualmente a chamada “Quarta Onda” (*Fourth Wave*), a qual incentiva ideologias extremistas a alcançarem a mídia e ambientes de discussão da direita convencional, atingindo a sociedade em geral com seus valores antissistêmicos e muitas vezes radicais. Além disso, observa-se que a ascensão de ideologias mais extremas é mais abundante em países que passaram por reformas liberalizantes e democráticas, especialmente nos locais mais suscetíveis a sentir efeitos de crises econômicas no continente. Em síntese, a combinação de um ambiente economicamente frágil, reações culturais e desilusões políticas criaram um terreno fértil para a ascensão hodierna do conservadorismo radical na Europa (Tannous, 2023; Cuevas Talens, 2025).

De modo geral, há consenso na literatura de que a extrema direita não é estritamente uniforme, tendo em vista a variedade de partidos, organizações e ideias. Isso torna-se evidente quando observamos a gradação entre grupos que são mais ou menos extremistas, neoliberais

⁴ Entende-se iliberalismo como um sistema onde o governo é escolhido pelo povo, mas governa sem respeitar as garantias de liberdade individual e as restrições legais ao exercício do poder estatal (Zakaria, 1997).

ou protecionistas que outros. À luz do exposto, grupos e partidos que se encontram no espectro da extrema direita frequentemente tensionam — e, em alguns casos, rejeitam — a democracia liberal, manifestada por discursos autoritários que promovem um maior controle do Estado sobre o ordenamento social (Golder, 2016; Mudde, 2019; Abrahamsen, 2020; Pirro, 2023; Shroufi, 2024; McGowan, 2025).

Adicionalmente, Matt Golder (2016) marca que a extrema direita não expõe somente descontentamento, mas também compartilha repertórios ideológicos fortes, os quais combinam retóricas antiestablishment, discursos etnocentristas (incluem-se o racismo e a xenofobia, com destaque para a islamofobia) capazes de mobilizar um grande contingente de pessoas. Quando Pamela Tannous (2023) faz o exercício de analisar fatores que contribuíram para o aumento de apoio a grupos extremistas na Europa na década passada, a autora conclui que esses atores conseguiram explorar os medos e as insatisfações dos cidadãos do continente, construindo a figura do “Outro” — muitas vezes imigrantes e islâmicos — como ameaça para a segurança, economia e cultura local. Convém fazer alusão ao Chauvinismo de Bem-Estar (*Welfare Chauvinism*), que compreende a crença de que os benefícios sociais do Estado devem ser reservados exclusivamente para o “seu próprio povo” (nativos) e não para estrangeiros (Mudde, 2000).

Um dos pontos frequentemente abordados pela bibliografia da nova extrema direita é a construção do “Outro”, visto como o agente que representa uma ameaça existencial à homogeneidade do Estado-nação. A partir disso, Mudde (2019) argumenta que grupos da extrema direita colocam a imigração como a grande responsável pelos índices de criminalidade e desemprego locais. Sob essa perspectiva, Wojciech Gagatek (2024) estipula duas categorias que tornaram possível o aumento do apoio à extrema direita europeia: (i) fatores econômicos, os quais se relacionam à ansiedade e insegurança econômica, resultados, dentro de alguns aspectos, do sentimento de injustiça quanto à Globalização e crises decorrentes; e (ii) fatores culturais, destacando o receio da chegada de imigrantes e o desejo pela preservação da cultura tradicional local.

Em relação ao mesmo eixo de análise discutido anteriormente, Daphne Halikiopoulou e Tim Vlandas (2019, p. 413) lançam luz sobre o fato de que o crescimento de partidos de extrema direita não tem aumentado uniformemente na Europa. Para os autores, tais valores têm variado desde os anos 1980 devido à heterogeneidade entre partidos, variação de sucesso eleitoral entre países, diferentes tipos de nacionalismo e à dualidade nas motivações dos eleitores. Eles também comentam sobre o chamado “novo nacionalismo” (*new nationalism*), o qual se refere ao crescimento de grupos políticos que propagam discursos sobre soberania

nacional, com opiniões bastante rígidas em relação à imigração, antielitismo e ceticismo quanto ao supranacionalismo⁵. Seguindo essa ótica, Halikiopoulou e Vlandas afirmam que o “novo nacionalismo é a fusão do populismo e nacionalismo” (2019, p. 411, tradução nossa).

É consenso na literatura que o nacionalismo é uma das marcas desses movimentos, principalmente pela preocupação com a manutenção do status de Estado-nação. Diante disso, vale a pena citar a dicotomia destacada por Golder entre: (i) nacionalismo cívico; e (ii) nacionalismo étnico. A primeira vertente corresponde a noção de que “[...] o Estado é a unidade primária de organização humana, e os indivíduos ‘escolhem’ ser membros da nação cívica ao aceitarem um conjunto comum de valores e práticas culturais. A nação é culturalmente homogênea, mas não etnicamente homogênea de forma obrigatória” (2016, p. 480, tradução nossa). Já para o segundo segmento, o fator étnico é o que liga primordialmente um povo à nação, ou seja, depende da exclusão de outras populações dado as diferenças hereditárias de língua, religião, história e identidade. Em resumo, o cientista político estadunidense sinaliza que o modelo étnico é excludente. Por fim, alguns trabalhos afirmam a existência de partidos políticos que olham sob as duas óticas apresentadas (Mudde, 2000; Golder, 2016).

No espectro político, a corrente ideológica impulsionada pela extrema direita compartilha premissas autoritárias e nativistas — uma fusão de nacionalismo e xenofobia —, que a aproximam diretamente do Fascismo italiano e do Nazismo (Mudde, 2019). Ao descrever sobre a composição ideológica da extrema direita, Golder (2016) aponta para um aspecto bastante recorrente nos trabalhos da área: o populismo. Do ponto de vista analítico, a literatura destaca o populismo como uma das bases para a atual direita radical populista (*radical right*), defendendo que a política deve refletir a vontade do povo, ao mesmo tempo em que critica partidos políticos tradicionais — com destaque para a esquerda — elites transnacionais, intelectuais e parte da mídia (Golder, 2016; Gattinara; Pirro, 2018; Mudde, 2019; Pirro, 2023). Gagatsek (2024, p. 4, tradução nossa) notabiliza que “[...] os partidos rotulados como ‘populistas’ tendem a se apresentar como defensores dos cidadãos comuns [...] contra aqueles que consideram parte da corrente dominante”.

Seguindo a perspectiva apresentada, as premissas populistas designam que a tomada de decisões deve incumbir ao povo uma ótica decisória *bottom-up* (de baixo para cima). Isso se deve pelo fato de que o posicionamento do chamado “povo puro” é tido como legítimo e

⁵ Refere-se à governança e ao poder exercido pelas instituições centrais da União Europeia (Comissão Europeia, Tribunal de Justiça Europeu, Banco Central Europeu, Parlamento Europeu) que operam além do controle direto e individual dos Estados-membros (Tsebelis; Garrett, 2001).

moralmente superior. Adicionalmente, o populismo é apresentado como uma forma de iliberalismo democrático em se tratando da direita radical populista, visto que “[baseia-se] na vontade popular, mas é iliberal porque critica as instituições democráticas intermediárias e procura contornar os mecanismos institucionais de controle e equilíbrio, como o Estado de direito e o escrutínio parlamentar” (Halikiopoulou; Vlandas, 2019, p. 412, tradução nossa).

Outro elemento central na literatura é a diferença entre grupos e partidos extremistas (*extreme right parties*) de radicais (*radical right parties*) no que tange à democracia. Enquanto os grupos radicais buscam somente tensionar certos elementos da ordem liberal vigente, como os direitos das minorias e o Estado de Direito, sem a intenção de aboli-la, os extremistas cobiçam sua extinção (Golder, 2016; Mudde, 2023; Gagateg, 2024; Shroufi, 2024). Para a ideologia radical, a luta contra agentes não nativos se configura-se um fator político; enquanto para os extremistas, como fator existencial (Pirro, 2023). Outrossim, Gagateg (2024, p. 13, tradução nossa) sintetiza a estratégia da extrema direita em “[...] explorar habilmente a estrutura de oportunidades existente para elevar a relevância de certas questões socioculturais”.

Outro elemento relevante é que a nova extrema direita não pode ser entendida pura e simplesmente como um retorno do Fascismo europeu ou clássico do século XX, já que os atuais grupos radicais ainda operam na democracia liberal, diferente do que aconteceu no passado, com um antiparlamentarismo explícito, violência política e racismo biológico declarado (Orellana; Michelsen, 2019; Abrahamsen, 2020). Semelhantemente, é sugerida a categoria “Pós-fascismo” para os novos grupos, visto que são marcados por xenofobia, populismo, conservadorismo, autoritarismo e islamofobia (Traverso, 2018).

Quanto ao perfil do eleitorado de partidos de direita radical, Jocelyn Evans (2005) aponta ser predominantemente masculino, mais jovem e apresentam menor nível de escolaridade. Matthijs Rooduijin *et al.* (2017) complementam ao apresentar um perfil de eleitores a favor de diferenciações baseadas em nascimento ou riqueza, com sentimentos anti-imigração, advindos de estratos socioeconômicos mais baixos — a exemplo de trabalhadores manuais e agricultores — ou que se encontram em situação de vulnerabilidade social — desemprego, por exemplo — e que valorizam a presença forte do governo em áreas como segurança pública. Quanto à religião, esses grupos se conectam principalmente com o Cristianismo, embora não permaneçam restritos a essa crença (Mudde, 2019).

No que concerne à organização desses movimentos, Rita Abrahamsen (2020, p. 95) identifica que a extrema direita tem sua própria Sociologia Política Internacional, dado as suas interconexões globais e luta contra um inimigo comum: o liberalismo global. Segundo a

intelectual, os atores mencionados travam uma guerra de posição a partir do modelo gramsciano⁶ para promover transformações políticas profundas, neste caso, especificamente contra as elites globalistas, organizações internacionais e o multilateralismo do sistema onusiano. Em síntese, esse imaginário radical se volta para a contraposição do que é percebido como globalismo gerencial, ao defender a soberania do Estado-nação, a rigidez das fronteiras, a cooperação internacional seletiva e a rejeição a valores universalistas.

Enquanto isso, Pablo de Orellana e Nicholas Michelsen (2019) refletem que tais grupos extremistas não buscam o fim do internacionalismo, mas sim sua reformulação. A partir disso, elaboram o conceito de “Internacionalismo Reacionário”, o qual prega pelo fim das normas da atual Ordem Liberal Internacional — Globalização, cooperação internacional, Estado de Direito, democracia, direito das minorias — em favor do transnacionalismo — visto como uma rejeição de normas baseadas em direitos, ao considerar como engajamento uma lógica de diferença de poder — e do poder fundamentado na identidade.

Por fim, é imprescindível ressaltar que a ascensão da extrema direita não se deu exclusivamente na Europa. O crescimento do movimento supracitado não é um evento isolado, mas está presente em diversas localidades, comportando-se enquanto um ator político importante no cenário global. Na América Latina, a extrema direita encontra-se fortemente articulada no nível internacional (Mayer, 2023; Herrán-Ávila, 2023). Esse processo pode ser compreendido à luz do conceito de transnacionalismo, que, com base em Robert Keohane e Joseph Nye, refere-se ao “fenômeno nas relações internacionais em que atores não estatais participam de interações que atravessam fronteiras nacionais, desafiando o papel exclusivo dos Estados na política internacional” (Magalhães; Neto, 2024, p. 113). É digno de nota que a dimensão transnacional também ajuda a compreender a difusão de repertórios ideológicos da extrema direita europeia para outras regiões.

Em alguma medida, pode-se afirmar que a extrema direita latino-americana compartilha os mesmos questionamentos que outros movimentos radicais ao redor do mundo, embora seja importante sinalizar que os movimentos na região possuem algumas particularidades significativas, a exemplo dos eventos impulsionadores, neste caso, o fim do ciclo das commodities no pós-Crise de 2008 e uma maior preocupação envolvendo corrupção, diferentemente de grupos europeus, os quais se voltam mais para questões anti-imigração. Na América Latina aponta-se para uma extrema direita “neopatriota”, amparada pela noção de

⁶ O modelo gramsciano compreende uma “guerra de posição”, ao focar em uma mudança mais profunda na estrutura social, principalmente na cultura. Neste pensamento, o processo é visto como prolongado, tendo em vista o objetivo em criar uma base ideológica contra-hegemônica para as ideias tidas como senso comum (Abrahamsen, 2020, p. 96).

que ela está no centro da clivagem entre nacionalismo e cosmopolitismo (Sanahuja; Burian, 2020; Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023). Casos como do Brasil e Chile — com Jair Bolsonaro e José Antonio Kast, respectivamente —, e da Argentina — com Javier Milei —, elucidam o quanto tais movimentos extremistas obtiveram sucesso ao alcançarem o cargo executivo mais alto de seus respectivos países.

À luz da bibliografia que trata sobre as recentes mobilizações da extrema direita, é perceptível apresentar um conceito, características e tipologias precisas, atribuir que alguns fatores tornaram possível a ascensão desses grupos em espaços de discussão que atingem a sociedade em geral, além de definir a existência de vias transnacionais por onde os grupos de extrema direita se conectam ao redor do mundo. Em síntese, o atual trabalho demonstrou uma significativa correlação na literatura especializada, evidenciando uma relativa concordância em vários aspectos abordados. Isso se destaca na convergência de argumentações sobre a definição e categorização (entre extrema direita e direita radical), e a análise dos posicionamentos, os quais se baseiam em premissas nacionalistas, ultraconservadoras e populistas (Golder, 2016; Gattinara; Pirro, 2018; Mudde, 2019; Orellana; Michelsen, 2019; Abrahamsen, 2020; Pirro, 2023; Tannous, 2023; Gagatsek, 2024).

Além do mais, percebe-se que as obras citadas cumprem uma importante responsabilidade de desmistificar o conhecimento do senso comum sobre esses movimentos, destacando a impossibilidade de tratar tais grupos somente como uma categoria homogênea. Não obstante, ainda assim é possível encontrar particularidades entre cada autor(a), a exemplo da categorização da nova extrema direita enquanto “pós-fascista” (Traverso; 2018) e da elaboração de tipologias para o nacionalismo (nacionalismo cívico, nacionalismo étnico e novo nacionalismo) (Golder, 2016; Halikiopoulou; Vlandas, 2019), dentre outros casos.

A fim de sintetizar as contribuições mais relevantes da literatura analisada, o Quadro 1 organiza os autores mobilizados nesta revisão a partir de eixos analíticos específicos: (i) definições conceituais; (ii) fatores explicativos; (iii) características ideológicas; (iv) tipologias organizacionais; e (v) dimensões transnacionais.

Quadro 1 - Revisão sistemática de literatura sobre a nova extrema direita.

Categorias	Descrição e Elementos Identificados	Principais Referências
(i) Definições conceituais	Ideologia como orientadora de comportamentos políticos coletivos; direita como aceitação da desigualdade natural/institucional; distinção	Bobbio (1994, 1998); Pirro (2023).

	entre extrema direita (iliberal/antidemocrática) e direita moderada (constitucionalismo liberal).	
(ii) Fatores explicativos	Eventos catalisadores: 11 de setembro, crise de 2008 e crise de refugiados de 2015. Fatores econômicos (insegurança com a globalização) e culturais (receio da imigração e perda da identidade tradicional).	Mudde (2019); Gagatsek (2024); Tannous (2023).
(iii) Características ideológicas	Ultr nacionalismo; nativismo (fusão de nacionalismo e xenofobia); populismo (vontade do "povo puro" contra elites); etnocentrismo; islamofobia e chauvinismo de bem-estar.	Mudde (2019); Golder (2016); Halikiopoulou e Vlandas (2019).
(iv) Tipologias organizacionais	Divisão entre "direita radical" (atua dentro da democracia, mas tensiona o Estado de Direito) e "extrema direita" (objetiva a extinção da democracia liberal); menção ao pós-fascismo.	Golder (2016); Traverso (2018); Mudde (2023).
(v) Dimensões transnacionais	Sociologia Política Internacional da extrema direita; luta contra o "globalismo gerencial" e multilateralismo; conceito de "Internacionalismo Reacionário" e redes de apoio mútuo entre Europa e Américas.	Abrahamsen (2020); Orellana e Michelsen (2019); Sanahuja e Burian (2020).

Fonte: Elaboração própria, com auxílio de inteligência artificial (Gemini)⁷.

2.1.1 As diferentes tipologias da nova extrema direita

No objetivo de demonstrar a diversidade da família partidária da direita, especificamente dos movimentos conservadores, é comum o uso de diferentes tipologias (como extrema direita, direita radical populista e ultradireita) quase como intercambiáveis. Inclusive, Mudde (2019) argumenta sobre a falta de consenso existente na academia no que tange à escolha dos termos. Neste sentido, este trabalho pondera que tal comportamento prejudica a análise dos grupos mencionados. Diante disso, urge a tarefa de escolher e justificar a tipologia mais adequada a ser utilizada durante a presente pesquisa.

Em relação à literatura, destaca-se o uso de “extrema direita” (*far right*), porque representa um conceito guarda-chuva, englobando a direita radical populista (*radical right*) e

⁷ A síntese apresentada neste quadro foi elaborada com o suporte assistivo da Inteligência Artificial Gemini (versão Flash) para fins exclusivos de resumo do debate teórico previamente desenvolvido e escrito pelo autor.

a extrema direita propriamente dita (*extreme right*), esta última caracterizada por bases antidemocráticas. Dessa forma, optou-se pela escolha do termo “extrema direita” (*far right*), tendo em vista ser uma expressão que se refere a um espectro político mais amplo de partidos da direita que se colocam como anti-sistêmicos, tornando-a mais apropriada para unir seus subgrupos, os quais possuem uma característica semelhante: o nacionalismo (Mudde, 2019; Halikiopoulou; Vlandas, 2019; Pirro, 2023).

Esse antagonismo “grupo interno vs. grupo externo” pode ser interpretado como um traço existencial entre os grupos supracitados, dado que objetiva justificar posições em diversas questões socioeconômicas, como economia, serviços sociais e política externa. Enquanto isso, o populismo é frequentemente utilizado como uma ferramenta para alcançar mais apoio no eleitorado ao impulsionar um antagonismo entre “povo vs. elites” por parte exclusiva dos partidos de direita radical populista (Mudde, 2019; Halikiopoulou; Vlandas, 2019; Pirro, 2023).

2.2 Euroceticismo: evolução conceitual e centralidade no debate contemporâneo

Considerando a discussão apresentada, é imprescindível destacar que União Europeia (UE) abrange uma agenda frequente na retórica da extrema direita, a qual percebe a integração continental como uma ameaça, impulsionando assim os movimentos eurocéticos (Mudde, 2019). O termo “euroceticismo” pode ser conceitualizado como “[...] a ideia de oposição contingente ou qualificada, bem como a oposição direta e irrestrita ao processo de integração europeia” (Taggart, 1998, p. 366, tradução nossa). Essa definição serve como principal referência na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre o tema. Em resumo, os movimentos em questão se manifestam como atores contrários à centralização de poder em um nível supranacional, dado o sentimento tido como negativo por parte da presença da UE e de suas políticas, as quais deveriam ser suavizadas mediante a autonomia dos Estados (Ultan; Ornek 2015; Treib, 2020).

Taggart e Szczerbiak (2002, p. 4) propõem uma distinção entre duas correntes de euroceticismo que é bastante referenciada na academia: (i) o euroceticismo radical (*hard euroscepticism*), o qual se opõe veementemente à integração europeia; e (ii) o euroceticismo brando (*soft euroscepticism*), que, embora critique as bases da UE e defenda reformas nas políticas do bloco, não visa sua exclusão. Já Vasilopoulou (2009) cria uma tipologia com três dimensões: (1) euroceticismo de rejeição (*rejecting euroscepticism*), que reprova a integração e suas respectivas instituições em todos os sentidos; (2) euroceticismo condicional

(*conditional euroscepticism*), que reconhece alguns benefícios da cooperação em nível europeu embora encare com ceticismo quanto à delegação de responsabilidades envolvendo a soberania dos Estados — especialmente a supranacionalidade — e o alargamento do bloco; e (3) euroceticismo conciliador (*compromising euroscepticism*), vinculado aos grupos políticos que compreendem a necessidade pela “transferência de poder” para as instituições supranacionais europeias, visando ganhos com políticas econômicas, embora contraponham-se a uma integração política mais profunda.

Além do mais, Bernhard Weßels (2007) categoriza três modelos de comportamento quanto ao euroceticismo: (a) europeus críticos, são os cidadãos que se identificam como europeus, mas estão insatisfeitos; neste caso, eles criticam a integração com o objetivo de melhorá-la; (b) eurocéticos radicais, que não se identificam como parte da comunidade europeia e pregam pela abolição da integração; (c) outros, incluindo grupos que não possuem um posicionamento formado sobre o assunto.

Adicionalmente, grande parcela das pesquisas mostra, por exemplo, que o euroceticismo não é utilizado somente por grupos da direita política, sendo também defendido por partidos e grupos políticos de esquerda (Brack; Startin, 2015; Ultan; Ornek, 2015; Braun; Popa; Schmitt, 2019; Treib, 2020; Santos, 2024; Van Kessel, 2025). Daniela Braun, Sebastian Popa e Hermann Schmitt (2019) ainda adaptam a distinção de euroceticismo criada por Taggart e Szczerbiak (2002) ao colocarem que partidos de extrema esquerda compartilham mais características com o euroceticismo brando, enquanto a extrema direita tende a compor o modelo apresentado pelo euroceticismo radical.

No tocante às origens dos movimentos eurocéticos, convém salientar a perspectiva frequentemente abordada pela sociedade científica de que esses movimentos possuem o Tratado de Maastricht⁸ como marco inicial (Weßels, 2007; Vasilopoulou 2009; Brack; Startin, 2015; Leconte, 2015; Silva, 2021). Todavia, Usherwood e Startin (2012) pontuam que o debate eurocético começou a partir da década de 1970 — com a adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca no bloco —, já Luísa Santos (2024) acredita que o ponto de partida do euroceticismo se deu após a Segunda Guerra Mundial. Tal argumento se deve à perspectiva de que a integração europeia existe desde o pós-guerra, tendo em vista as iniciativas de cooperação que alguns países europeus se propuseram a participar, a exemplo da criação da

⁸ O Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia (TUE), foi assinado em 1992 e estabeleceu os três pilares para o bloco: (i) Comunidade Europeia; (ii) Política Externa e Segurança Comum (PESC); (iii) Cooperação em Justiça e Assuntos Internos. Importa mencionar a criação da União Econômica e Monetária (UEM), da ampliação dos poderes dos Parlamento Europeu e do estabelecimento da cidadania europeia (Costa, 2020). Em síntese, o tratado é considerado como o marco fundador da UE nos moldes atuais.

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951. Em resumo, Santos enfatiza que “[...] o euroceticismo surge a partir do momento em que a ideia de integração é colocada em pauta, e se forem considerados os números, é uma ideia de quase 80 anos presente na história da população europeia, até mesmo daqueles que não fazem parte da UE” (2024, p. 12-13).

Embora os projetos de integração tenham sido inaugurados em meados do século XX, é perceptível que posições eurocéticas não eram “via de regra”, tendo em vista o consentimento tácito predominante em relação à integração (Brack; Startin 2015). Em outras palavras, as ideias contra a integração dos países europeus estavam marginalizadas, algumas vezes vistas enquanto fenômenos da periferia geográfica (países nórdicos e Reino Unido) e partidária (Leconte, 2015). Nesse sentido, foi nos anos 1990, com a criação da UE, que o euroceticismo foi propagado com vigor em meio à opinião pública e estudado nos meios científicos. Tal efeito se deve notadamente à percepção de que, o que antes correspondia unicamente um arranjo de políticas econômicas comuns, no final do século XX estava evoluindo para uma iniciativa supranacional, a qual começou a idealizar uma estrutura mais robusta de integração econômica, fiscal e monetária entre os países-membros (Vasilopoulou, 2009; Santos, 2024). Leconte (2015) ainda destaca que o fracasso do tratado constitucional⁹ em 2005 contribuiu para gerar reações mais pessimistas na população.

Apesar do euroceticismo ter ganho mais destaque a partir dos anos 1990, aponta-se que tal ideologia recebeu mais notoriedade ainda no final dos anos 2000. Este trabalho elenca que três fatores tornaram possíveis tal ordem de fenômenos: (i) uma mudança de percepção da população quanto à UE; (ii) a fragilidade na formação de uma identidade europeia; (iii) as estratégias utilizadas por grupos e partidos políticos, especialmente da direita, para atrair apoio para suas causas.

Primeiro, é pertinente a ideia de que o crescimento do euroceticismo não é uma consequência direta de momentos de crises (ou seja, não representa uma relação de causa e efeito), mas sim em virtude da avaliação (percepções, medos e anseios, exemplificando) que os cidadãos europeus têm sobre a UE — isto é, a disposição política (*polity mood*) do povo (Braun; Popa; Schmitt, 2019). Essa ótica vai de encontro à noção pré-estabelecida na academia de que a ocorrência de crises é unicamente a razão por trás da ascensão de movimentos eurocéticos. Sob diferente perspectiva, Taggart e Szczerbiak (2002) destacam

⁹ Leconte (2015, p. 260) informa que o *Treaty Establishing a Constitution for Europe* foi assinado por 25 chefes de Estado europeus, mas sua ratificação foi recusada em referendos na França e nos Países Baixos, interrompendo um processo constitucional importante para as iniciativas do bloco supranacional.

que não existe uma relação direta entre os sentimentos da opinião pública e a eventuais representações rígidas de euroceticismo feitas por partidos, o que é tratado como uma dissonância (*misfit*).

Ainda que o argumento de Braun, Popa e Schmitt (2019) não se refira a uma relação de causa e efeito com momentos de crise, os autores têm a intenção de apresentar que justamente em períodos de instabilidade, principalmente econômica, a percepção da população tende a mudar agudamente. No caso da Europa, alguns autores tratam sobre como a crise da Zona do Euro tornou possível grandes mudanças na forma como a população geral e as elites enxergavam a UE a partir de 2008. Conforme será visto posteriormente, o cenário de crise financeira influenciou o endurecimento dos movimentos eurocéticos, com destaque para a postura e o aumento na presença de lideranças e coalizões contrárias à integração supranacional no Parlamento Europeu (Brack; Startin, 2021; Silva, 2021; Szczerbiak; Taggart, 2024).

Outrossim, alicerçada às instabilidades econômicas, parte da literatura destaca a dimensão sociocultural do euroceticismo, especialmente no que diz respeito à identidade. Compreende-se que “[...] identidades coletivas se referem a um grupo de pessoas que aceitam uma similaridade fundamental que gera o sentimento de solidariedade entre eles” (Silva, 2021, p. 27). No nível nacional, identidade pode ser interpretada a partir da ótica cívica — isto é, quando um indivíduo se submete a um sistema político-social e, a partir disso, adquire o status de cidadão — e étnica, relacionada à herança de traços, hábitos e significados de uma determinada cultura (Fligstein; Polyaknova; Sandholtz, 2012; Ciaglia; Fuest; Heinemann, 2018).

Quanto à identidade especificamente europeia, cabe afirmar que ela não procura excluir a identidade nacional, mas sim complementá-la. Nessa ótica, a identidade europeia corresponde ao sentimento de pertencer à comunidade continental, orgulho da cidadania e proximidade com outros europeus (Boomgaarden *et al.* 2011). No entanto, Silva (2021, p. 26) atesta que:

[...] todo o processo de construção da integração europeia foi formulado pelo método *top-down*, ou seja, formulado de cima para baixo da elite política para a população, sem explorar as práticas de engajamento democrático diárias que englobaria a população, gerando a identidade coletiva necessária para endossar o projeto.

Nesse sentido, a UE ainda utiliza tecnologias de construção de identidade, como símbolos (moedas, bandeiras e hinos), mitos fundacionais (precisamente narrativas sobre a importância da integração) e autoimagem positiva (Kaina; Karolewski, 2013).

A partir da discussão envolvendo a fragilidade europeia no campo identitário, é possível inferir que, durante períodos de dificuldade, amplifica-se o descontentamento social e euroceticismo, levando os cidadãos a priorizar suas identidades nacionais em detrimento da europeia. Além disso, a identidade ainda tende a influenciar a maneira como os Estados respondem a essas adversidades, pois eles passam a atuar com soluções próprias em vez de comunitárias, evidenciando a vulnerabilidade do sentimento coletivo europeu no nível estatal (Kaina; Karolewski, 2013; Szucko, 2017). Com efeito, é compreensível a importância que a temática identitária tem para a análise sobre o imaginário da população europeia, contudo, essa questão ainda precisa ser mais trabalhada pela academia.

Considerando a própria tipologia envolvendo euroceticismo, Weßels (2007, p. 290) argumenta que a identidade europeia pode atuar como ferramenta de prevenção contra os movimentos eurocéticos. É relevante salientar que, no caso discutido pelo intelectual, a prevenção contra o euroceticismo tem menos sucesso à medida em que críticas e reivindicações eurocéticas se tornam mais específicas. Para exemplificar, é possível imaginar um determinado grupo que critica a perda de autonomia do banco central de seu país em relação às políticas monetárias¹⁰. Neste cenário, seria mais desafiador se defender das críticas do que em uma situação em que outro grupo esteja insatisfeito somente com a inflação do euro. Portanto, o que Weßels propõe é que, quanto mais generalista é uma ideia eurocética, menos dificultosa se torna a defesa da perspectiva que enxerga a integração europeia com complacência.

Diante do cenário de crises apresentado, a literatura especializada indica que movimentos e partidos eurocéticos se tornam os grandes responsáveis pelo aprofundamento da oposição às instituições europeias, considerando a capitalização sobre o sentimento de insatisfação do povo perante os momentos de crise econômica e institucional nos últimos anos. Em outras palavras, os grupos políticos em questão utilizam a pauta eurocética para atrair eleitorado a partir do momento que compartilha das mesmas disposições políticas que o povo, quando este último se demonstra insatisfeito. O populismo é a ferramenta utilizada pela extrema direita para se conectar com o povo e, assim, ter a oportunidade de disseminar suas crenças iliberais, como discursos anti-imigração, anti-globalistas e anti-pluralistas (Brack; Startin, 2015; Leconte, 2015; Böckmann *et al.*, 2025; Cuevas Talens, 2025).

Ao analisar a abordagem sobre identidade feita pelos grupos eurocéticos, sobretudo daqueles de extrema direita, é possível observar o uso de discursos nacionalistas atacando a

¹⁰ As políticas monetárias dos países-membros da UE são definidas pelo Banco Central Europeu (BCE) (Costa, 2020).

importância da integração e a cooperação supranacional ofertadas pela UE. Essas manifestações julgam a supranacionalidade enquanto ameaça, ao mesmo tempo que o Estado-nação é visto como a única e verdadeira figura capaz de lidar com cenários de crise, seja econômica, institucional ou migratória. No que se referem às políticas de migração, partidos extremistas aproveitam para atacar o pluralismo étnico, colocando a heterogeneidade cultural como uma ameaça central para a preservação da identidade tradicional local (Szucko, 2017; Mudde, 2019; Silva, 2021; Szczerbiak; Taggart, 2024).

Portanto, quanto à literatura sobre o euroceticismo, pôde-se identificar um diálogo contínuo entre as bibliografias referenciadas por este trabalho. Alguns tópicos valem destaque, como: as diferentes interpretações quanto às origens dos movimentos eurocéticos, visto que alguns pontuam que se deu com as primeiras iniciativas de integração ainda na metade do século XX (Silva, 2024), outros, a partir da década de 1970 com o primeiro alargamento do bloco (Usherwood; Startin, 2012), enquanto para a maioria, com a criação oficial da UE em 1992 (Weßels, 2007; Vasilopoulou 2009; Brack; Startin, 2015; Leconte, 2015; Silva; 2021); tensões envolvendo o euroceticismo, porque, durante o processo de definir e caracterizar o termo, percebe-se que ele assume o papel de ideologia em alguns momentos, outrora, estratégia política, a qual é utilizada por partidos para aumentar as suas bases de apoio; o levante de pautas nacionalistas em se tratando do interesse em preservar a autonomia do Estado no lugar de delegar suas próprias responsabilidades para instituições supranacionais europeias; o pensamento em utilizar a identidade como instrumento para prevenir a disseminação de ideologias eurocéticas, devido ao incentivo à integração à comunidade europeia (Weßels, 2007).

No objetivo de sumarizar as contribuições mais relevantes da literatura sobre euroceticismo, o Quadro 2 organiza os autores mobilizados nesta revisão a partir de eixos analíticos específicos: (i) definições conceituais; (ii) fatores explicativos; (iii) características ideológicas; (iv) tipologias organizacionais; e (v) dimensões transnacionais.

Quadro 2 - Revisão sistemática de literatura sobre o euroceticismo.

Categorias	Descrição e Elementos Identificados	Principais Referências
(i) Definições conceituais	Oposição contingente, qualificada ou irrestrita à integração europeia; rejeição à centralização de poder supranacional em favor da autonomia soberana dos Estados.	Taggart (1998); Treib (2020).

(ii) Fatores explicativos	<i>Polity mood</i> (disposição política e percepção popular); crises econômicas (Crise do Euro de 2008); déficit democrático no método <i>top-down</i> de integração; fragilidade da identidade europeia frente às identidades nacionais.	Taggart e Szczerbiak (2002); Silva (2021); Braun, Popa e Schmitt (2019).
(iii) Características ideológicas	Defesa da soberania nacional; crítica à estrutura fiscal e monetária da UE; nacionalismo (cívico e étnico); populismo como ferramenta de mobilização; oposição ao pluralismo e à imigração.	Mudde (2019); Vasilopoulou (2009); Szucko (2017).
(iv) Tipologias organizacionais	<i>Hard</i> (radical) vs. <i>Soft</i> (brando); Dimensões de Vasilopoulou: rejeição, condicional e conciliador; Modelos de comportamento: europeus críticos vs. eurocéticos radicais.	Taggart e Szczerbiak (2002); Vasilopoulou (2009); Weßels (2007).
(v) Dimensões transnacionais	Evolução histórica (desde a CECA em 1951 até o Tratado de Maastricht em 1992); expansão do euroceticismo da periferia para o centro do debate; conexão entre partidos de direita radical em nível europeu.	Santos (2024); Usherwood e Startin (2012); Brack e Startin (2015).

Fonte: Elaboração própria, com auxílio de inteligência artificial (Gemini)¹¹

¹¹ A síntese apresentada neste quadro foi elaborada com o suporte assistivo da Inteligência Artificial Gemini (versão Flash) para fins exclusivos de resumo do debate teórico previamente desenvolvido e escrito pelo autor.

3 O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA E DO EUROCRETISMO NO PARLAMENTO EUROPEU

Considerando a conjuntura apresentada no primeiro capítulo, é perceptível que tais dinâmicas (o avanço da extrema direita) refletem-se também na crescente presença de atores eurocéticos e de extrema direita nas organizações europeias. Desse modo, o objetivo central desta seção é explorar como ocorreu o avanço desses grupos no Parlamento Europeu (PE) ao longo dos anos, iniciando a análise a partir de 1979, correspondente ao ano do primeiro pleito direto para a instituição.

A análise consiste em uma comparação da presença de grupos ligados às ideologias de extrema direita e ao movimento eurocético ao longo de dez sessões constitutivas (1979, 1984, 1989, 1994, 1999, 2004, 2009, 2014, 2019 e 2024). Para cumprir a proposta deste capítulo, será necessário: (i) compreender a evolução, competências e estrutura do PE; (ii) conceituar os grupos políticos transnacionais; (iii) verificar as diferentes tipologias referentes às dimensões político-partidárias do Parlamento; (iv) categorizar ciclos de evolução que retratam a trajetória dos grupos mencionados; (v) examinar a atual legislatura (2024–2029); e (vi) apresentar a história e organização atual do *Patriots for Europe*.

3.1 O que é o Parlamento da União Europeia?

O PE, como o conhecemos hoje, tem suas raízes na Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1952 como instância parlamentar consultiva e composta por cerca de 78 representantes dos Estados-membros (Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Alemanha Ocidental) escolhidos por bancadas dos legislativos nacionais. Em 1957, com o Tratado de Roma e a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), tal instituição foi transformada em Assembleia Parlamentar Europeia. O atual nome e a estrutura do órgão supracitado foi formalizado em 30 de março de 1962, embora os membros ainda exercessem funções nas suas correspondentes legislaturas nacionais, o que resultava frequentemente em conflitos de interesse no processo da integração europeia (Costa, 2009; Luciano, 2014; European Commission, 2017, p. 13; Maciejewski, 2025).

Outrossim, foi a partir da década de 1970 que os poderes do PE foram ampliados, como a função compartilhada com a Comissão de decidir sobre questões orçamentárias da UE. Já em junho de 1979, a introdução do sufrágio universal permitiu que as eleições

parlamentares se tornassem diretas, um marco decisivo para a instituição. Além disso, o Ato Único Europeu (1986) possibilitou que o PE realizasse leituras sobre propostas de leis que envolvessem a comunidade econômica europeia, o que significou um ganho de influência do Parlamento sobre procedimentos legislativos. Enquanto isso, o Tratado de Maastricht (1992) e o Tratado de Amsterdã (1997) capacitaram o órgão com o direito efetivo de vetar propostas de legislações. Ao longo do tempo, consequentemente, é perceptível que o órgão ganhou mais importância perante a sociedade civil e as demais instituições europeias (Rittberger, 2003; Costa, 2009; Olsen; McCormick, 2018).

Berthold Rittberger (2003) e Luciano (2014) argumentam, por exemplo, que as mudanças progressivas sobre a estrutura e as competências do PE buscavam fornecer maior legitimidade à integração supranacional europeia. Em outras palavras, ao possibilitar uma participação direta da população na escolha dos representantes da Assembleia, além do empoderamento do órgão, ampliou-se a politização de temáticas europeias entre o povo, assim como reduziu-se o déficit de democracia e representatividade que era entendido até o pleito de 1979. Segundo Luciano (2014, p. 199),

Essa visão [sobre a democracia representativa do PE] relaciona-se à opinião de que a constituição da Europa deveria representar mais do que uma mera associação de Estados e tribunais, calcadas em estruturas intergovernamentais e tecnocráticas. Deveria apresentar-se como uma associação de seus próprios cidadãos.

Com efeito, o PE atendeu ao desejo crescente da sociedade civil em participar, de alguma maneira, da formulação das políticas europeias. De um ponto de vista analítico, Luciano e Junqueira (2017, p. 74) destacam que o PE, dentre suas várias competências e responsabilidades, também procura aproximar as “entidades subnacionais e os cidadãos no sistema decisório europeu”, tendo em vista o caráter exclusivo expresso na representatividade democrática do órgão. Ainda assim, considera-se que o público criou expectativas acima da realidade, já que os MPEs não dispõem de poderes decisórios amplos sobre o andamento da integração europeia, ao contrário da Comissão Europeia e do Conselho da UE (Costa, 2009).

Sumariamente, o PE é um dos órgãos mais multifacetados da União Europeia (UE), tendo em vista as suas funções desempenhadas juntamente com sua composição transnacional. Dessa forma, Costa (2020, p. 53-54) atribui ao PE as funções de: (i) adotar iniciativas para expressar opiniões sobre questões internas e internacionais; (ii) questionar, supervisionar e investigar a Comissão e o Conselho da UE; (iii) colegislar leis para a União; (iv) deliberar sobre o orçamento dos órgãos da UE; (v) nomear cargos importantes, a exemplo

da presidência da Comissão e do Banco Central Europeu; e (vi) indagar e realizar recomendações sobre assuntos de política externa e segurança.

Quanto à estrutura, o PE é composto atualmente por 720 representantes (719 deputados e a presidência da instituição, eleita pelos demais MPEs), os quais têm o papel de defender os interesses dos cidadãos europeus dos Estados-membros da UE durante seus cinco anos de mandato. Em relação à alocação de assentos, é baseada na representação dos cidadãos europeus a partir da demografia de cada Estado-nação, definida em virtude do princípio da proporcionalidade degressiva. Isso assegura que países populosos tenham mais assentos, mas que países menores tenham uma proporção maior de assentos por habitante (Olsen; McCormick, 2018; Pavya, 2024; Parlamento Europeu, 2026a).

Por derradeiro, o percurso histórico da distribuição de vagas do Parlamento Europeu (PE) está detalhado na Tabela 1, abrangendo o período desde a fundação da Comunidade Económica Europeia (CEE), passando pelas primeiras eleições diretas em 1979, até os dados mais atuais de 2024. Portanto, ao observar os dados, torna-se possível inferir que o aumento gradual na composição numérica do órgão amplia não somente a presença de diferentes ideologias, mas também intensifica o sentimento de representatividade para uma parcela significativa da população europeia.

Tabela 1 - Evolução histórica da composição numérica do Parlamento Europeu (1958-2024).

Marco Institucional ou Ano de Referência	Total de Assentos
Assembleia Parlamentar Europeia (1958)	142
Parlamento Europeu (1973) ¹² - 1º Alargamento	198
Parlamento Europeu (1979) - 1ªs Eleições Diretas	410
Parlamento Europeu (1984)	434
Parlamento Europeu (1989)	518
Parlamento Europeu (1994)	567
Parlamento Europeu (1999)	626
Parlamento Europeu (2004)	732
Parlamento Europeu (2009)	736
Parlamento Europeu (2014)	751

¹² Até 1962, o nome oficial era “Assembleia Parlamentar Europeia”. Depois disso, passou a se chamar “Parlamento Europeu”.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE) de 2011 e do Parlamento Europeu (2026b).

3.2 Os grupos políticos transnacionais do Parlamento Europeu

Os grupos políticos transnacionais, também denominados de coalizões, são a principal maneira pela qual os MPEs se organizam no PE. Desse modo, eurodeputados de diferentes países se estruturam em coalizões formais, especialmente após as eleições parlamentares. Esses grupos delineiam os mesmos objetivos e compartilham valores e ideologias, sobretudo crenças políticas. Tal estratégia é fundamental para a socialização, supervisão e organização do trabalho realizado no órgão europeu.

Segundo Petra Ahrens, Anna Elomäki e Johanna Kantola (2022, p. 6), o compartilhamento de ideologias e contestações são aspectos significativos para a identidade desses grupos, especialmente para suas agendas defendidas. Quanto às funções, os grupos políticos atuam em um nível intermediário entre nacional e supranacional como importantes vetores de influência ao definir as posições de voto dos eurodeputados na Assembleia e negociar emendas. Uma parte considerável do trabalho no PE é realizado a partir de comitês parlamentares, os quais discutem e formalizam propostas de emendas sobre diversas áreas, como comércio internacional, meio ambiente, saúde pública, desenvolvimento regional, igualdade de gênero, direito feminino, entre outros (Van Hecke, 2010; Luciano; Junqueira, 2017; Olsen; McCormick, 2018).

Considerando que o tamanho das coalizões é variado e que nenhum grupo jamais conseguiu a maioria dos assentos, eles precisam articular entre si para alcançar essa maioria e, conseqüentemente, impulsionar suas respectivas agendas. No que se refere à formalização de um grupo político no PE, existem regras que estipulam que são necessários, no mínimo, 23 eurodeputados de pelo menos sete países-membros da UE. Além disso, tais grupos possuem regimento interno e são financiados diretamente pelo orçamento do PE (Bardi *et al.*, 2010).

Quanto à influência dos partidos nacionais sobre o PE, eles se comportam como importantes atores nesse processo, pois possuem a prerrogativa de selecionar os candidatos para concorrer durante as eleições para o parlamento regional. Todavia, Luciano Bardi *et al.* (2010) argumentam que, em virtude dessa estratégia, partidos nacionais podem ser obstáculos

¹³ Em 2020, com a saída do Reino Unido (Brexit), o número de assentos foi reduzido temporariamente de 751 para 705 durante a legislatura.

para os grupos políticos transnacionais, levando em conta que a conduta dos eurodeputados ocasionalmente prioriza pautas nacionais em vez da agenda da coalizão europeia. Importa destacar que a estrutura hierárquica nos grupos políticos transnacionais é orientada pelas delegações dos partidos políticos nacionais. Geralmente, as posições de liderança interna nesses grupos são reservadas para os partidos mais influentes (McElroy; Benoit, 2007; Olsen; McCormick, 2018; Ahrens; Elomäki; Kantola, 2022).

3.2.1 Dimensões político-partidárias dos grupos no PE

Analiticamente, o PE pode ser observado a partir de dimensões político-partidárias, as quais compreendem a forma pela qual os grupos políticos interagem baseando-se em suas respectivas ideologias políticas. Tal perspectiva influencia inclusive a formação das coalizões, visto que MPEs que compartilham identidades e defendem agendas semelhantes tendem a se juntar para obter mais força parlamentar. Desse modo, as tipologias mais conhecidas incluem: (i) esquerda-direita (*left-right*); (ii) pró/anti-UE (*pro/anti-Europe*); (iii) dimensão GAL-TAN (Hooghe; Marks; Wilson, 2002).

Existe um consenso na literatura sobre a presença da clivagem esquerda-direita nas discussões envolvendo a categorização dos grupos políticos dentro do PE. Isso se deve principalmente pelo fato dessa dimensão político-partidária abranger questões econômicas e sociais que são tradicionalmente debatidas, tanto no nível político quanto de opinião pública. Gail McElroy e Kenneth Benoit (2007) estabelecem que essa dimensão compreende debates envolvendo gastos públicos, preço de impostos, (des)regulamentação de mercados, liberalismo social (posicionamento sobre aborto e homossexualidade, por exemplo), imigração e assuntos ambientais.

Simon Six, Abdul Noury e Gérard Roland (2007, p. 219) argumentam, por exemplo, que partidos de esquerda possuem preferências ligadas à intervenção econômica, proteção ambiental, direitos das minorias e justiça social. Enquanto isso, partidos de direita tendem a defender a desregulação de mercados e políticas sociais e imigratórias mais restritas. Tal dinâmica afeta até o modo como as coalizões interagem com grupos de interesse, porque parlamentares de esquerda inclinam-se para iniciativas com Organizações Não Governamentais (ONGs) e sindicatos, enquanto os de direita buscam associações empresariais (Wonka; Haunss, 2020).

Além disso, a dimensão esquerda-direita também pode ser observada a partir do comportamento que os grupos políticos transnacionais têm em relação à integração europeia.

Neste aspecto, cabe apresentar os modelos: (1) regulatório (*regulation model*), que destaca a lógica doméstica esquerda-direita no âmbito supranacional europeu ao colocar que partidos de esquerda estão mais inclinados à regulação europeia, enquanto os de direita se encontram mais afastados; (2) Hix-Lord¹⁴, o qual separa a dimensão esquerda-direita da discussão sobre integração europeia, colocando-os como independentes; (3) Hooghe-Marks¹⁵, demonstra que a contestação esquerda-direita delinea o posicionamento dos grupos em se tratando de políticas comunitárias europeias de redistribuição e regulação do capitalismo. Nesse último modelo, entende-se que partidos que se encontram no espectro da centro-esquerda política apoiam uma atuação da UE mais profunda através de políticas sociais, enquanto os grupos de direita pregam somente por uma integração de mercado mais profunda, desconsiderando maiores avanços na regulação e no funcionamento do bloco (Hooghe; Marks; Wilson, 2002, p. 972).

Para além da tradicional clivagem econômica entre esquerda e direita, a dimensão pró/anti-UE postula que os grupos políticos transnacionais do PE podem ser categorizados a partir de suas respectivas posições quanto à integração europeia. Neste caso, tal dimensão ganhou bastante força a partir do final dos anos 2000, tendo em vista a grave crise econômica que atingiu a Zona do Euro, ficando visível inclusive durante o sétimo mandato do PE (2009-2014)¹⁶. As discussões saíram do eixo econômico, o que foi visto como inesperado considerando a fragilidade financeira daquele momento, voltando-se para o escopo das instituições europeias e a sua relação com as soberanias dos Estados-membros¹⁷ (McElroy; Benoit, 2007; Otjes; van der Veer, 2016).

Com isso, grupos políticos transnacionais de esquerda, especificamente os menos radicais, tenderam a se posicionar a favor da integração europeia. Em contraste, a direita, em particular as coalizões mais extremistas, adotou posições eurocéticas, defendendo um maior controle das soberanias nacionais sobre as políticas econômicas. Nessa perspectiva, é importante lembrar que o euroceticismo não é um elemento exclusivo de partidos de direita ou extrema direita, pois, também pode ser percebido em grupos de extrema esquerda (Hooghe; Marks; Wilson, 2002).

O modelo GAL-TAN compreende uma dimensão criada por Liesbet Hooghe, Gary Marks e Carole Wilson (2002) para dividir o PE a partir das opiniões que os grupos políticos

¹⁴ O nome do modelo faz referência aos cientistas políticos Simon Hix e Christopher Lord.

¹⁵ O nome do modelo faz referência aos cientistas políticos Liesbet Hooghe e Gary Marks.

¹⁶ O resultado eleitoral da legislatura 2009-2014 demonstrou um endurecimento no discurso dos partidos eurocéticos. Esse tom mais negativo resultou de uma percepção pública desfavorável sobre UE ampliada pelos efeitos da crise de 2008 no continente.

¹⁷ Segundo Otjes e van der Veer (2016), a UE obteve um certo protagonismo na contenção da crise, dado os seus poderes sobre a zona do euro, sobretudo envolvendo o orçamento dos países-membros.

possuem sobre as políticas europeias. Sob essa ótica, os autores dividiram a dimensão político-partidária do órgão em dois polos: (a) Verde/Alternativo/Libertário (*Green-Alternative-Libertarian* [GAL]); e (b) Tradicional/Autoritário/Nacionalista (*Traditional-Authoritarian-Nationalist* [TAN]).

Tendo isso em vista, grupos enquadrados no lado Verde/Alternativo/Libertário representam a defesa de valores de proteção ambiental, estilos de vida alternativos, liberdades individuais, multiculturalismo e uma integração europeia mais profunda. Sob diferente ótica, coalizões da dimensão Tradicional/Autoritário/Nacionalista simbolizam a defesa de valores tradicionais, a manutenção do poder estatal (lei e ordem), a preservação da identidade nacional contra a imigração e o ceticismo em relação às políticas comunitárias do bloco europeu.

Ao aprofundar a análise sobre o modelo GAL-TAN, Hooghe, Marks e Wilson (2002) ressaltam que partidos de extrema direita (apresentados pela lógica TAN) são os principais atores opostos à integração europeia. A importância desta elaboração reside na sua capacidade de apresentar os grupos políticos transnacionais não somente a partir de seus posicionamentos referentes à integração (como é o caso do modelo Hix-Lord), mas também enfatiza os sentimentos em relação aos valores culturais, identitários e nacionalistas. Por fim, o Quadro 3 reúne uma síntese das três dimensões apresentadas na atual subseção.

Quadro 3 - Síntese das dimensões político-partidárias do Parlamento Europeu.

Dimensão	Foco de Análise	Dinâmica de Polarização
Esquerda-Direita	Questões econômicas e sociais (regulação, impostos, mercado).	Esquerda: Foco em intervenção econômica, justiça social, proteção ambiental e direitos das minorias. Direita: Foco em desregulação, mercado liberal, políticas restritivas e austeridade.
Pró/Anti-UE	Integração europeia e soberania nacional.	Pró-UE: Apoio à integração, supranacionalidade e políticas comunitárias. Anti-UE: Euroceticismo, defesa do controle estatal sobre soberania e políticas nacionais.
GAL-TAN	Valores culturais, identidade e estilo de vida.	GAL (Verde/Alternativo/Libertário): Multiculturalismo, liberdades individuais, ambientalismo e integração profunda. TAN (Tradicional/Autoritário/Nacion

		alista): Valores tradicionais, ordem, identidade nacional e anti-imigração.
--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Para concluir esta subseção, é pertinente determinar um modelo para ser tomado como ponto de partida nas futuras análises. Dessa maneira, considerando o crescimento do papel da extrema direita e suas reivindicações nos últimos anos, convém destacar as contribuições da lógica GAL-TAN para a reflexão desses novos fenômenos na conjuntura política mundial e, em particular, da UE. Isso se deve à ponderação de que o debate evoluiu para questões que envolvem identidade, cultura e nacionalismo, diferentemente das outras dimensões apresentadas, as quais se preocupam puramente com fatores econômicos ou de posicionamentos pró/anti-integração europeia.

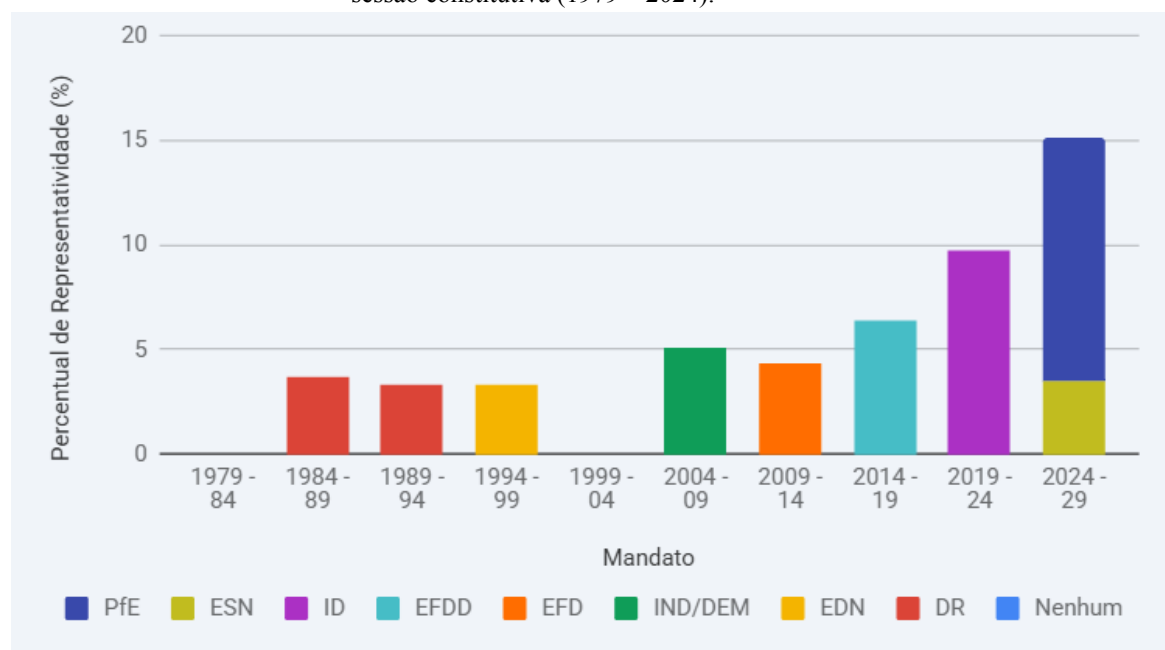
3.3 O avanço da extrema direita no PE

Com o intuito de analisar a ampliação da representatividade dos grupos políticos transnacionais de extrema direita no PE, é essencial observar a trajetória da participação desses atores a partir das sessões constitutivas da Assembleia, realizadas após os períodos eleitorais que acontecem em intervalos de cinco anos. Para tal, esta subseção toma como referência dados fornecidos pelo website do PE¹⁸. O critério para categorização dos grupos políticos observados é baseado na dimensão GAL-TAN, em particular as coalizões enquadradas na lógica Tradicional/Autoritário/Nacionalista (TAN), apresentada anteriormente. Desse modo, a presente análise se concentra nos partidos que impulsionam ideologias radicais, com premissas ultranacionalistas, iliberais, antissistêmicas e eurocéticas.

Sob essa perspectiva, será necessário: (i) coletar dados sobre a distribuição de assentos (ver Figura 1); (ii) detalhar as coalizões envolvidas neste processo; e (iii) estabelecer ciclos que demarquem a trajetória da extrema direita no PE (ver Tabela 2). Optamos por analisar as sessões constitutivas em vez das cessantes porque as primeiras marcam o período inicial da divisão do PE após os pleitos. Isso nos oferece a oportunidade de examinar tanto a evolução da concentração de influência dos grupos supracitados quanto as tendências de votos da população ao longo dessas décadas.

¹⁸ Disponível em: <https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-eleitorais/1979-1984/sessao-constitutiva/>.

Figura 1 - Representatividade da extrema direita por grupo político no Parlamento Europeu a partir de cada sessão constitutiva (1979 – 2024).



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Parlamento Europeu (2026b).

Tabela 2 - Ciclos de representatividade da extrema direita no Parlamento Europeu (1979 – 2024).

Ciclo	Período	Média de Assentos (%)
I - Marginalidade.	1979 – 2004	~2,06%
II - Institucionalização.	2004 – 2014	~4,7%
III - Protagonismo e poder de agenda.	2014 – 2029	~10,4% ¹⁹

Fonte: Elaboração própria.

A análise da Figura 1 revela uma relativa estabilidade na presença dos grupos transnacionais de extrema direita no PE durante seus cinco primeiros mandatos, um período que pode ser caracterizado como o ciclo da marginalidade. Entre 1979 e 1999, apenas duas coalizões dessa família partidária tiveram representação: o Grupo das Direitas Europeias (*Group of the European Right*), conhecido como "DR", e o Europa das Nações (*Europe of Nations*), "EDN". É importante notar que o primeiro e o quinto mandatos (1979 – 1984 e 1999 – 2004, respectivamente) não contaram com a presença de nenhuma coalizão de extrema direita.

Na legislatura entre 1984 – 1989, o DR ocupou 16 das 434 cadeiras (3,69% do total). No mandato seguinte (1989 – 1994), apesar do aumento no número total de eurodeputados para 518, a representatividade do DR diminuiu para 3,28%, com 17 MPEs. Já no quarto

¹⁹ A média do Ciclo III foi puxada drasticamente pelo resultado de 2024 (15%), o que reforça a ideia de uma "explosão" recente.

mandato (1994 – 1999), o DR foi extinto, dando lugar ao EDN, que estreou com 19 MPEs em um total de 567, alcançando 3,35% de representação. De um ponto de vista analítico, pode-se perceber que a participação das coalizões mencionadas era mínima, o que não permitiu que gerassem impacto significativo nas discussões do PE, nem que impulsionassem suas agendas.

O segundo ciclo é caracterizado pelo crescimento gradual na participação dos grupos políticos de extrema direita no PE. Isso se deve ao alargamento da UE para o Leste europeu, o que permitiu uma disseminação mais intensa de discursos populistas e nacionalistas em Bruxelas, além de um aumento significativo no número de representantes do órgão. Dessa forma, novamente somente duas coalizões foram formalizadas: o Grupo Independência/Democracia (*Independence/Democracy Group*), denominado pela sigla “IND/DEM” e o Grupo Europa da Liberdade e da Democracia (*Europe of Freedom and Democracy*), “EFD”.

Sob essa perspectiva, durante a sexta legislatura (2004 – 2009) o IND/DEM foi composto por 37 dos 732 MPEs (5,05% do total). Na sessão constitutiva para o sétimo mandato (2009 – 2014), o IND/DEM tinha sido dissolvido, sendo substituído pelo EFD, o qual contou com 32 assentos dos 736 (4,35%). Por conseguinte, graças à ampliação da representação da extrema direita, foi possível que esses grupos ganhassem mais projeção no PE, com destaque para o fato de discursos anti-UE ganharem fôlego durante o pós-crise de 2008.

O estágio atual da extrema direita demonstra uma representatividade expressiva nas políticas nacionais de países europeus. Esse cenário é resultado de múltiplas crises, como a econômica de 2008 e a de refugiados em 2015, e do avanço do conservadorismo radical em pautas como imigração, segurança, política externa, economia e direitos das minorias, conforme já discutido no Capítulo 1. Consequentemente, a disseminação de discursos mais radicais também alcançou o PE, caracterizando o que este trabalho define como o terceiro ciclo, o qual é marcado pelo protagonismo das agendas e ideologias de extrema direita no órgão europeu. Diante disso, o terceiro ciclo é composto por novos partidos, a exemplo dos grupos: Europa da Liberdade e da Democracia Direta (*Europe of Freedom and Direct Democracy*), “EFDD”; Identidade e Democracia (*Identity and Democracy*), “ID”; Europa das Nações Soberanas (*Europe of Sovereign Nations*), “ESN”; e Patriotas pela Europa (*Patriots for Europe*), “PfE”.

A oitava legislatura (2014 – 2019) foi marcada pela extinção do EFD, sendo substituído diretamente pelo EFDD. Este novo grupo alcançou 48 dos 751 assentos no Parlamento Europeu (o equivalente a 6,39% do total), mas seria fragmentado na eleição

subsequente. No pleito para o nono mandato (2019 – 2024), a principal mudança foi a formalização do grupo ID. Em sua estreia na Assembleia, o ID reuniu 73 dos 751 eurodeputados (9,72%). Para a décima sessão constitutiva (2024 – 2029), o ID foi extinto, dando lugar ao ESN e PFE²⁰. Eles obtiveram, respectivamente, 25 (3,47%) e 84 (11,67%) dos 720 assentos disponíveis no PE, resultando em 15,14% do PE como parte da extrema direita

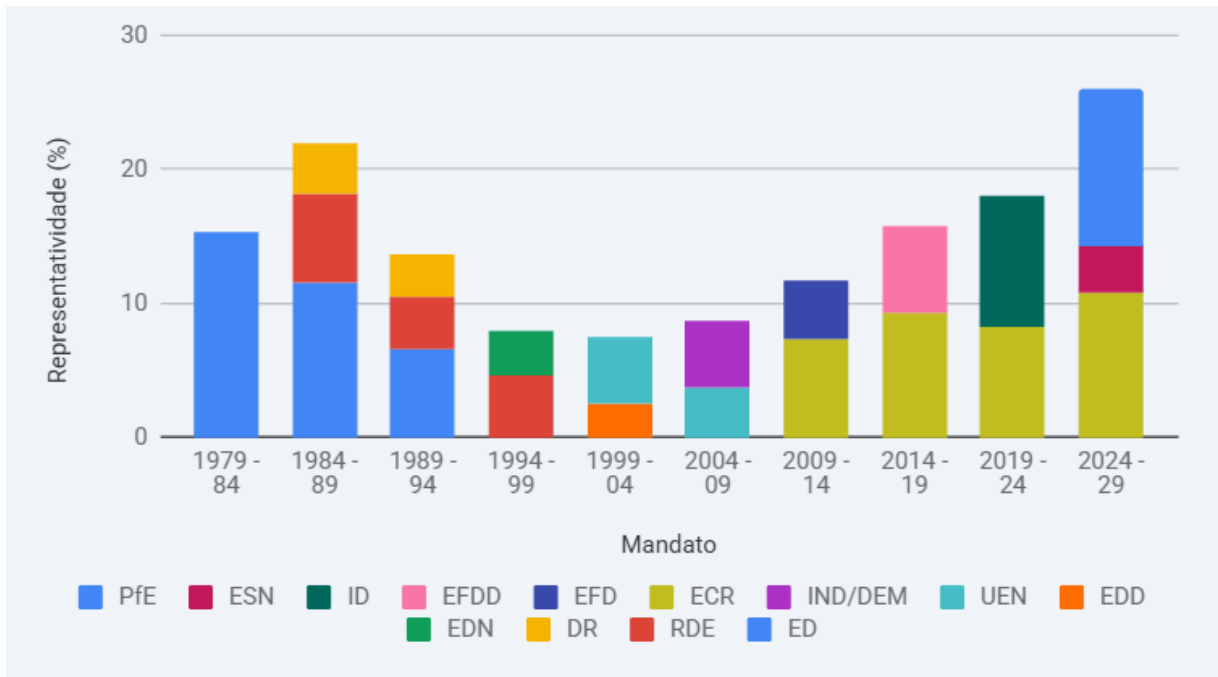
Com efeito, é evidente a ampliação dos grupos políticos de extrema direita no PE ao longo das décadas analisadas, o que contribuiu essencialmente no empoderamento desses agentes. Consequentemente, pode-se perceber que a extrema direita deixou de ser um núcleo pequeno e marginal para ocupar uma posição que influencia decisões, mobiliza agendas e transmite ideologias. Sumariamente, o crescimento contínuo dos grupos extremistas da direita política sugere uma normalização dessas forças e de suas ideias não somente no cotidiano legislativo do PE, mas também nas relações entre as instituições da UE.

3.4 O avanço do euroceticismo de direita no PE

Ainda que uma parte considerável dos grupos políticos transnacionais que se identificam como parte da extrema direita sejam eurocéticos, existem grupos que compartilham das premissas anti-UE que não podem ser enquadrados como extremistas. Diante disso, esta subseção tem o intuito de apresentar a trajetória da representatividade de grupos de direita (incluem-se todos os partidos da clivagem da direita política, desde partidos conservadores de centro-direita até a extrema direita propriamente dita) eurocéticos no PE, ao trabalhar com a mesma metodologia, base de dados e estrutura que a seção 2.3.

Figura 2 - Representatividade do euroceticismo de direita por grupo político no Parlamento Europeu a partir de cada sessão constitutiva (1979 – 2024).

²⁰ Importa destacar que somente o PFE é considerado como principal sucessor do ID, o qual foi desmembrado pelos próprios representantes após a nona legislatura do PE (Griera, 2024; McGowan, 2025).



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Parlamento Europeu (2026b).

Tabela 3 - Ciclos de representatividade da direita eurocética no Parlamento Europeu (1979 – 2024).

Ciclo	Período	Média de Representatividade (%)
I - Influência Conservadora	1979 – 1994	~17%
II - Fragmentação e Transição	1994 – 2014	~8,97%
III - Protagonismo do euroceticismo soberanista	2014 – 2029	~19,9%

Fonte: Elaboração própria.

A análise da Figura 2 e da Tabela 3 expõe um PE que, desde 1979, sempre teve a presença de grupos eurocéticos de direita em sua composição político partidária. Os primeiros grupos políticos transnacionais da clivagem mencionada se referem ao Democratas Europeus (*European Democrats*), “ED”, à Aliança dos Democratas Europeus (*European Democratic Alliance*), “RDE” e ao DR, já mencionado na seção 2.3. Em síntese, o primeiro ciclo compreende um recorte de tempo em que a direita eurocética tinha uma parcela notável no parlamento, a qual era particularmente reativa quanto aos avanços inaugurados pelo Tratado de Maastricht. No entanto, é pertinente destacar que esses grupos eram heterogêneos, e dificilmente cooperavam, já que esses atores priorizavam salvaguardar as soberanias dos Estados-nacionais frente ao supranacionalismo europeu emergente.

Nesse sentido, o primeiro mandato (1979 – 1984) teve a participação de apenas 63 MPes do ED, de um total de 410 (correspondente a 15,37%). Na sessão constitutiva seguinte (1984 – 1989), o ED contou com 50 (11,52%), o RDE com 29 (6,68%) e o DR com 16 (3,69%) dos 434 eurodeputados totais. Como resultado, a direita eurocética compôs 21,89% do PE nesse período. A base de representantes dessas coalizões sofreu uma perda de apoio significativa entre 1989 – 1994, quando o ED foi representando por somente 34 assentos (6,56%), o RDE, 20 (3,86%) e o DR, 17 (3,28%), dos 518, totalizando 13,7%. Essa soma representa uma redução de aproximadamente 37% de participação da direita eurocética no PE em comparação com o período anterior.

O segundo ciclo dá sequência, pelo menos em um primeiro momento, à tendência de diminuição da representatividade da direita eurocética no PE. Tendo isso em vista, os grupos desse recorte se referem à União para a Europa das Nações (*Union for Europe of the Nations*), “UEN”, Europa das Democracias e das Diversidades (*Europe of Democracies and Diversities*) “EDD”, aos Reformistas e Conservadores Europeus (*European Conservatives and Reformists*), “ECR”, além de RDE, EDN, IND/DEM e EFD, supracitados na subseção 2.3.

No início do quarto mandato (1994 – 1999), a RDE foi composta por 26 (4,59%) e a EDN, 19 (3,35%) dos 567 eurodeputados, o que significou 7,94% das vagas. Na sessão constitutiva para a quinta legislatura (1999 – 2004), a UEN contou com 31 (4,95%) e a EDD, 16 (2,56%), resultando em 7,51% dos 626 assentos do PE naquele período. Entre 2004 – 2009, a UEN obteve 27 (3,69%) e o IND/DEM, 37 (5,05%), somando 8,74% dos 732 representantes. Já no sétimo mandato (2009 – 2014), os novos grupos ECR e EFD conseguiram 54 (7,34%) e 32 (4,35%) de um total de 736 MPes, compondo 11,69% do PE. Em resumo, esse ciclo apresenta período de transição importante para a o euroceticismo de direita no PE, tendo em vista as reduções iniciais (entre 1994 – 2004) e o retorno do crescimento na base de representantes de tais grupos a partir do sexto mandato (2004 – 2009).

Por fim, o terceiro ciclo (2014 – 2029) compreende o momento no qual a direita eurocética consolidou seu protagonismo no PE, contando com uma média de aproximadamente 20% durante o recorte. Na sessão constitutiva para o oitavo mandato (2014 – 2019), o ECR obteve 70 (9,32%) e a EFDD 48 (6,39%) das 751 cadeiras da assembleia. O crescimento de tais partidos se manteve equilibrado, com o ECR alcançando 62 (8,26%) e o ID, 73 (9,72%), dos 751 MPes entre 2019 – 2024. Para a sessão constitutiva da décima legislatura (2024 – 2029), o ECR foi composto por 78 (10,83%), a ESN, 25 (3,47%) e o PpE, 84 (11,67%), totalizando quase 26% dos 720 MPes.

Portanto, o crescimento apresentando demonstra uma situação consideravelmente favorável na mobilização das agendas das coalizões citadas, visto o maior número de MPEs, chegando a um quarto dos parlamentares na atual legislatura. Mensurar o movimento desses grupos ao longo das últimas quatro décadas é essencial para compreender a presença das iniciativas, ideologias e forças do euroceticismo na sociedade europeia, especialmente do euroceticismo advindo de grupos da direita política, os quais frequentemente colocam a UE como um desafio para a manutenção dos ideais tradicionais do Estado-nação e da cultura local.

3.4.1 Os efeitos da Crise de 2008 sobre o PE

Conforme as discussões deste capítulo indicaram, a legislatura 2009 – 2014 demonstrou um endurecimento no discurso dos grupos políticos transnacionais eurocéticos no PE. Esse tom mais negativo resultou de uma percepção pública desfavorável da UE ampliada pelos efeitos da Crise Financeira de 2008 no continente. Posteriormente, para o mandato 2014 – 2019, observou-se um crescimento notável no número de representantes eurocéticos no Parlamento, com destaque para aqueles ligados a partidos da direita radical e extrema direita em seus respectivos países, a exemplo de parlamentares associados ao francês *Front Nacional*, alemão *Alternative for Germany* e britânico *UKIP*. Enquanto isso, ideologias de esquerda ganharam força com o *SYRIZA*, da Grécia e o *Podemos*, espanhol. No que corresponde à organização dos parlamentares e suas respectivas coalizões nos PE, ainda pôde ser admitida uma certa dificuldade na formação de grupos políticos transnacionais coesos, o que prejudicou a execução e discussão das agendas eurocéticas na UE naquele momento (Brack; Startin, 2015).

Existem estudos que sustentam que o euroceticismo se estabeleceu como um componente constante no PE a partir de 2019, demonstrando uma relevância progressiva para o futuro (Tostes *et al.*, 2019; Treib, 2020). Isso justifica-se em razão da manutenção da representação obtida nas eleições do mandato anterior. Com a perda de espaço de partidos mais tradicionais — a influência da centro-direita (EPP) e centro-esquerda (S&D) diminuiu —, grupos mais extremistas — tanto de esquerda quanto direita, como o *Renew Europe* e Identidade e Democracia — conquistaram maior representação. Em resumo, coalizões mais inclinadas a ideologias moderadas foram substituídas por atores com discursos mais radicais, tendo isso em vista, Treib (2020, p. 7, tradução nossa) argumenta que o “euroceticismo concentra-se cada vez mais na ala direita do espectro político, especialmente na extrema

direita. Desde o Brexit, 60% de todos os eurodeputados eurocéticos pertencem a partidos de extrema direita”.

No entanto, alguns setores do movimento eurocético alteraram suas posturas em relação à defesa de uma eventual saída permanente do bloco. Essa mudança é justificada por dois fatores centrais: (i) a perceptível diminuição de representatividade de partidos defensores do euroceticismo radical após o Brexit; e (ii) as consequências negativas vivenciadas pelo Reino Unido, notadamente a percepção de instabilidade econômica e conflitos políticos internos, que influenciaram os grupos eurocéticos no PE a buscarem reformas no bloco, em vez de uma saída total (Treib, 2020; Chopin; Lequesne, 2021).

3.5 O pleito de 2024 e o “Patriots for Europe”

Esta subseção tem o objetivo de analisar os resultados eleitorais para o décimo mandato (2024 – 2029) do PE. O pleito para a décima legislatura ocorreu no início de junho de 2024 e teve como resultado a nomeação de 720 eurodeputados, os quais se encontram divididos entre coalizões conforme a Figura 3. Outrossim, Cas Mudde (2024) lança luz sobre o fato dessas eleições serem as primeiras desde o início de crises recentes que abalaram fortemente a Europa, a exemplo do Brexit, da Pandemia de Covid-19 e da Guerra na Ucrânia. De acordo o autor, isso teve resultado principalmente sobre o trabalho realizado pela mídia durante o período, dado que os veículos de comunicação focaram mais em questões nacionais em vez de assuntos primariamente europeus (questões envolvendo o alargamento da UE e reformas institucionais, por exemplo).

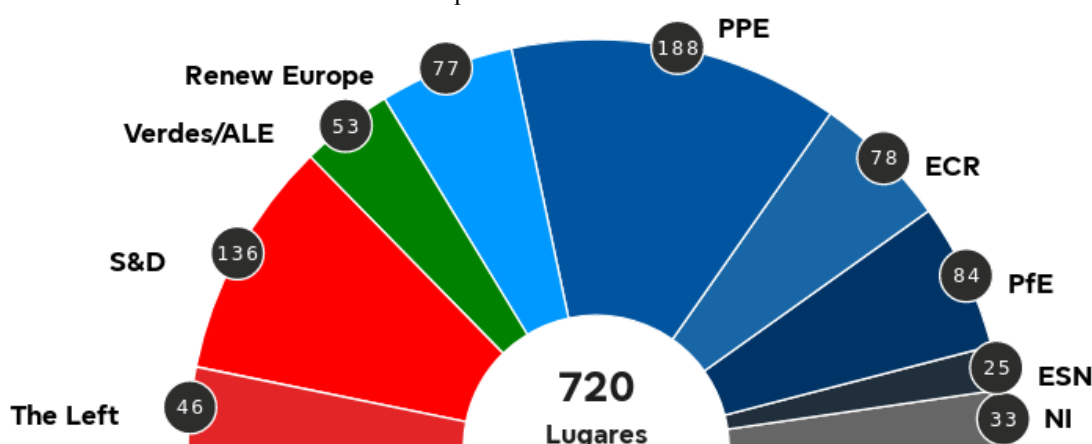
Avançando a discussão para questões político-partidárias, o PE atualmente se encontra dividido entre extrema esquerda (*The Left*²¹), esquerda (*Greens/EFA*²²), centro-esquerda

²¹ *The Left* se coloca como porta-voz do meio ambiente, feminismo, dos trabalhadores e dos direitos humanos. Para esta coalizão, a União Europeia representa uma ferramenta para alcançar a igualdade e a sustentabilidade no planeta, por meio de uma reforma na atual situação que se encontra a organização (The Left, 2026).

²² Os Verdes/Aliança Livre Europeia (*The Greens/European Free Alliance*) são um grupo de duas famílias políticas que defendem, principalmente, agendas ecológicas, de direitos e democracia. Pregam pelo papel da União Europeia enquanto um ator internacional relevante e responsável (Greens/EFA, 2026).

(S&D²³), coalizões de centro-direita (EPP²⁴ e ECR²⁵), extrema direita (Pfe²⁶ e ESN²⁷), *Renew Europe*²⁸ e Não Inscritos (NI²⁹). Dos oito grupos políticos mencionados, quatro compartilham discursos eurocéticos, como *The Left*, ECR, Pfe e ESN. Sobre esse aspecto, McGowan (2025) pontua que 187 MPEs são autodeclarados eurocéticos dos 720 totais (representando mais de 25% da composição do órgão). Dentre os grupos supracitados, o Pfe emergiu em 2024 como uma liderança da extrema direita e do movimento eurocético no PE.

Figura 3 - Sessão constitutiva para o décimo mandato (2024 – 2029) do Parlamento Europeu dividida por grupo político transnacional.



Fonte: Parlamento Europeu (2026c).

Especificamente sobre o Pfe, o grupo político surgiu em julho de 2024, um mês após o pleito que definiu os MPEs para a legislatura até 2029. A aliança substituiu o grupo Identidade e Democracia, o qual representava cerca de 10% dos assentos do PE no mandato

²³ O grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (*Group of the Progressive Alliance of Socialists and Democrats*), denominado “S&D”, defende princípios baseados na liberdade, igualdade e diversidade. Vale mencionar que ele não faz parte do quadro eurocético do Parlamento Europeu (Socialists & Democrats, 2026).

²⁴ O Grupo do Partido Popular Europeu (*European People's Party Group*), conhecido pela sigla “EPP”, compartilha princípios referentes à defesa da dignidade humana, igualdade, justiça e subsidiariedade. Tal coalizão prega pela intensificação da cooperação no âmbito da União Europeia, principalmente em assuntos ligados à segurança, energia e saúde (EPP Group, 2026).

²⁵ O Grupo dos Reformistas e Conservadores Europeus (*European Conservatives and Reformists Group*), “ECR”, defende fortemente a descentralização da tomada de decisão. O grupo compartilha ideologias ligadas à proteção das identidades nacionais, políticas de gestão de migração e ao fortalecimento de políticas de defesa da União Europeia (ECR Group, 2026). É pertinente mencionar que o ECR representa uma direita eurocética conservadora e nacionalista, distinta da extrema direita radical representada pelo Pfe e ESN.

²⁶ O Patriotas pela Europa (*Patriots for Europe*), “Pfe”, será analisado detalhadamente nesta subseção.

²⁷ O grupo Europa das Nações Soberanas (*Europe of Sovereign Nations*), “ESN”, critica fortemente agendas relacionadas à Globalização e ao progressismo. A coalizão defende uma Europa composta unicamente por Estados-nação soberanos, sem a interferências de iniciativas políticas como é o caso da União Europeia (ESN Group, 2026).

²⁸ O *Renew Europe* se autointitula como uma coalizão centrista, defensora de valores liberais, democráticos (Renew Europe, 2026).

²⁹ Não Inscritos compreende os eurodeputados que não se associam a qualquer grupo político transnacional no Parlamento Europeu.

anterior. Tal movimento se deve, principalmente, ao afastamento em relação ao partido nacional alemão *Alternative für Deutschland* (AfD) e da inauguração da cooperação com o *Fidesz* — União Cívica Húngara. Além disso, quanto aos cargos de liderança, o Pfe desde então se encontra presidido pelo francês Jodan Bardella e tem como vice-presidente a romena Kinga Gál (Sadecki, 2024; Patriots for Europe, 2026b).

No que corresponde aos princípios do Pfe, McGowan (2025) lança luz sobre três pilares importantes: (i) crença na soberania nacional; (ii) visão realista sobre assuntos globais; e (iii) visão patriótica para o futuro da Europa. Destaca-se que o Pfe se conecta ao movimento *Make Europe Great Again* (MEGA)³⁰ e é bastante crítico ao poder decisório delegado às instituições europeias, além, por exemplo, do apoio financeiro e militar feito pela UE em relação à Ucrânia no combate à invasão russa iniciada em 2022. Outrossim, a coalizão se alinha com o perfil de partidos e movimentos de extrema direita, conforme mencionados, ao se apresentar como defensor da família tradicional (também por rejeitar a diversidade e discursos LGBTQIA+), é abertamente cristão, a favor de políticas anti-imigração e contra normas democráticas liberais (McGowan, 2025; Patriots for Europe, 2026c).

Embora o primeiro capítulo tenha focado em expor o debate envolvendo a extrema direita no nível da UE, é primordial salientar que os grupos políticos transnacionais do PE são largamente invisíveis para uma parcela considerável da população europeia (Brack; Wolfs, 2023; Mudde, 2024). Frequentemente, essas coalizões se relacionam com partidos nacionais, a exemplo do Pfe, o qual estabelece vínculos com diversas legendas nacionais, tais como o *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ) na Áustria e o *Vlaams Belang* na Bélgica. Na Chéquia, associa-se ao *ANO 2011* e ao *Přísaha/Motorists*, enquanto na Dinamarca liga-se ao *Dansk Folkeparti*. A representação francesa na coalizão conta com o *Rassemblement National* (RN) e a *Union des droites pour la République*.

Além disso, o Pfe abrange o *Foní Loyikís* na Grécia, a *Lega*, o *Latvija pirmajā vietā* na Letônia, o *VOX* na Espanha e o *Partij voor de Vrijheid* (PVV) nos Países Baixos. Por fim, a rede de alianças se estende ao polonês *Ruch Narodowy*, ao *Chega*, em Portugal e ao húngaro *Fidesz-Magyar Polgári Szövetség-Kereszténydemokrata Néppárt* (Patriots for Europe, 2026a). A Tabela 4 apresenta a representatividade dos partidos mencionados para a atual

³⁰ Segundo Jennifer Rankin, em uma matéria publicada no The Guardian (2024), o lema *Make Europe Great Again* foi utilizado pela Hungria ao presidir o Conselho de Ministros da União Europeia durante o último semestre de 2024. Vale mencionar que o slogan, impulsionado pelo premiê Viktor Orbán, é uma clara referência ao *Make America Great Again* utilizado na história da política estadunidense na década de 1980 e reaproveitado por Donald Trump nas corridas eleitorais de 2016 e 2024 (G1, 2025).

legislatura do PE³¹.

Tabela 4 - Representatividade dos partidos nacionais no *Patriots for Europe* para o décimo mandato (2024 – 2029) do Parlamento Europeu.

Partido Nacional	País	Assentos	Participação (%)
Rassemblement national	França	29	34,12%
Fidesz-Magyar Polgári Szövetség-Kereszténydemokrata Néppárt	Hungria	10	11,76%
ANO 2011	Chéquia	7	8,24%
Lega	Itália	7	8,24%
Freiheitliche Partei Österreichs (FPÖ)	Áustria	6	7,06%
VOX	Espanha	6	7,06%
Partij voor de Vrijheid (PVV)	Países Baixos	6	7,06%
Konfederacja	Polónia	3	3,53%
Vlaams Belang	Bélgica	3	3,53%
Chega	Portugal	2	2,35%
Dansk Folkeparti	Dinamarca	1	1,18%
Foní Loyikís	Grécia	1	1,18%
Kereszténydemokrata Néppárt (KDNP) ³²	Hungria	1	1,18%
Latvija pirmajā vietā	Letônia	1	1,18%
Přísaha/Motorists	Chéquia	1	1,18%
Union des droites pour la République	França	1	1,18%

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Parlamento Europeu (2026d).

Em resumo, as discussões apresentadas neste capítulo permitiram compreender a trajetória de ascensão da extrema direita e do euroceticismo na UE. Notou-se que esses movimentos alcançaram um nível de destaque sem precedentes no PE, impulsionados tanto

³¹ No momento de produção deste trabalho, o *Patriots for Europe* conta com 85 membros, um representante a mais em comparação à sessão constitutiva de 2024 (84) (Parlamento Europeu, 2026d).

³² Importa esclarecer que o deputado húngaro György Hölvényi é representante somente do partido nacional húngaro Kereszténydemokrata Néppárt, apesar da existência do Fidesz-Magyar Polgári Szövetség-Kereszténydemokrata Néppárt.

pelo crescimento de sua base de representantes quanto pelo fortalecimento das prerrogativas institucionais do órgão ao longo dos anos. Nesse cenário, o PfE consolida-se como a principal força do extremismo de direita na atual legislatura, ocupando o posto de terceira maior coalizão da Assembleia, o que lhe confere um papel central na capacidade de moldar e influenciar as agendas políticas europeias. No que tange ao euroceticismo, também é possível destacar que o movimento está em seu auge, já que grupos políticos transnacionais que se colocam contra a atual estrutura do supranacionalismo europeu nunca obtiveram tantos assentos no PE como na atual legislatura.

4 OS POSICIONAMENTOS DA COALIZÃO “PATRIOTS FOR EUROPE” NO PARLAMENTO EUROPEU: Uma análise de conteúdo qualitativa dos “plenary booklets”

Este terceiro capítulo toma a atuação do grupo político transnacional *Patriots for Europe* (PfE) no Parlamento Europeu (PE) como ponto de partida. O nosso objetivo é compreender como os membros dessa coalizão se mobilizam na instituição supranacional mediante análise de conteúdo qualitativa dos livretos das sessões plenárias (*plenary booklets*) disponibilizados no website do PfE (Patriots for Europe, 2026d). Tais informes foram escolhidos como fonte primária pelo fato de representarem as ideologias das lideranças do grupo frente às agendas legislativas recorrentes no cotidiano da União Europeia (UE), além de servirem como um canal de comunicação direto com o eleitorado e apoiadores.

Em relação às sessões plenárias, o PE se reúne 12 vezes por ano em Estrasburgo. Na cidade francesa, acontecem sessões parciais que duram quatro dias (normalmente entre os dias de segunda e quinta-feira), as quais são divididas principalmente a partir de debates e votações. Outrossim, sessões adicionais são realizadas na capital belga, Bruxelas (European Parliament, s.d.).

Já sobre os livretos das sessões, são documentos publicados mensalmente (exceto nos períodos de recesso do Parlamento) à critério dos próprios grupos políticos transnacionais (ou seja, não é uma obrigação), nos quais os Membros do Parlamento Europeu (MPes) escrevem sobre seus posicionamentos acerca de determinadas agendas, temáticas e acontecimentos com influência no PE. A esse respeito, os documentos do PfE contém somente publicações em inglês e com autoria de algumas lideranças importantes do partido (Jana Nagyova [ANO 2011], António Tânger Corrêa [CHEGA], Harald Vilimsky [FPÖ], Tom Vandendriessche [Vlaams Belang], Tomáš Kubín [ANO 2011], Kinga Gál [Fidesz], Hermann Tertsch [VOX], Jean-Paul Garraud [Rassemblement National], Klára Dostálová [ANO 2011], Sebastiaan Stöteler [PVV], Barbara Bonte [Vlaams Belang], Jordan Bardella [Rassemblement National] e Jorge Buxadé [VOX]), as quais exprimem descontentamento, lançam apoio ou questionamentos, e argumentam sobre assuntos considerados pertinentes para a sessão plenária naquela conjuntura.

Figura 4 - Lideranças do *Patriots for Europe*.



Fonte: Patriots for Europe (2025).

A delimitação do período de coleta de dados compreende o intervalo entre outubro de 2024 e maio de 2026, tendo como marco inicial o primeiro livreto de sessão plenária publicado pelo PfE. A definição desse recorte temporal fundamenta-se na disponibilidade documental da plataforma, sendo o termo final estabelecido conforme o registro de dados mais atualizado alcançado pela presente etapa da pesquisa. Por derradeiro, importa destacar que este trabalho coletou 21 livretos, totalizando 357 páginas com publicações dos parlamentares do PfE.

Para operacionalizar esse volume documental e viabilizar os métodos de pesquisa pretendidos, procedeu-se à catalogação sistemática do material por meio da elaboração de uma planilha de controle (ver Apêndice A³³). Cada livreto foi analisado individualmente e a catalogação de dados foi orientada a partir de três categorias de análise principais: (i) manifestação de euroceticismo; (ii) mobilização de agendas temáticas; (iii) posicionamento sobre política internacional. Ademais, foi feita uma síntese do conteúdo presente em cada documento, além da seleção de citações consideradas pertinentes para a pesquisa. Como resultado, pôde-se observar uma sólida coesão no compartilhamento de agendas e uso ocasional de marcas identitárias unificadas de oposição, como o slogan *Make Europe Great Again*.

33

Disponível em:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1dWopZluSj7k_u9EWIdCpwtEyd4e-MJpF6i4VOhzYKgs/edit?usp=sharing.

4.1 Como o euroceticismo se manifesta no PfE?

Como já tratado no Capítulo 1, o euroceticismo compreende uma ideologia que se contrapõe ao processo de integração europeia, seja a ponto de buscar sua exclusão ou somente atenuação. Nesse aspecto, segundo Chopin e Lequesne (2021), as consequências negativas resultantes do Brexit para o Reino Unido, principalmente a instabilidade econômica e a necessidade por reforma burocrática internamente, fizeram diversos setores do movimento eurocético abrandarem sua oposição ao regimento da UE que outrora era mais radical. A partir disso, a presença de grupos políticos transnacionais no PE que procuram minar as capacidades da instituição permanece forte, considerando que a representatividade da direita eurocética corresponde a mais de 25% na atual legislatura, conforme apontado pela Figura 2.

No intuito de examinar como o euroceticismo é referenciado pelas lideranças do PfE, urge a necessidade de voltar a atenção para os principais tópicos, que são tratados essencialmente como problemas, levantados pelos parlamentares, a exemplo da: (i) defesa das responsabilidades nacionais e críticas à centralização administrativa da UE; (ii) carga burocrática excessiva; (iii) estrutura da UE, incluindo suas instituições, normas e tratados. Em resumo, esta subseção lança luz sobre como o PfE articula seu posicionamento, através dos seus MPEs, frente a um dos principais assuntos mobilizados pelo movimento da extrema direita na região.

Na apuração dos 21 livretos retirados do website do PfE, tornou-se perceptível que o euroceticismo proposto pelos suas lideranças partidárias é compatível com o modelo de crítica à integração citado anteriormente — uma categoria que prega a reformulação da UE, preocupado em retomar a primazia de algumas responsabilidades que foram delegadas pelos Estados-membros à organização anteriormente, conhecido como euroceticismo brando, de acordo com Taggart e Szczerbiak (2002, p. 4). Nesse aspecto, o movimento reformista procura reestabelecer a UE enquanto somente uma associação para cooperação econômica, ao mesmo tempo que impulsiona a chamada “Europa das Nações”, apresentando a noção de que os Estados são soberanos, em vez de subordinados à uma instituição e suas decisões.

Tratando especificamente sobre o euroceticismo incitado nos livretos das sessões plenárias, as queixas mais frequentes compreendem a estrutura burocrática da UE — vista como muita densa, o que prejudica bastante a vida da população, especialmente das parcelas que correspondem aos donos de pequenas e médias empresas —, a centralização administrativa e as ingerências da Comissão Europeia nas soberanias nacionais, bem como o

uso ineficiente dos recursos dos contribuintes europeus, além de controvérsias associadas à atual administração da Presidência da Comissão Europeia, chefiada por Ursula von der Leyen, como os casos da *Pfizergate*³⁴, *NGO-Gate*³⁵ e de corrupção nas instituições europeias.

Somado a isso, MPEs do PFE também criticam a existência de cordões sanitários empreendidos pelas demais coalizões do PE contra os partidos conservadores, no objetivo de frear os processos de articulação política desses grupos, como pode ser observado na declaração de Harald Vilimsky (FPÖ/Áustria):

Uma reviravolta em relação ao centralismo da UE, que vem privando a Áustria, cada vez mais, de sua soberania. [...] O mesmo "cordão sanitário" que também está sendo aplicado aos "patriotas" no Parlamento Europeu, ao tentar impedi-los de participar da vida democrática e política (ver Apêndice A)³⁶.

Nessa ótica, Vilimsky coloca o PFE e seus eurodeputados como alvo de um sistema que desconstrói a participação de partidos conservadores.

No âmbito das críticas à estrutura da União Europeia, os parlamentares do PFE frequentemente denunciam o que consideram uma carga burocrática excessiva e desproporcional. Segundo os membros do grupo, essa densidade normativa representa um entrave significativo ao empreendedorismo, uma vez que o excesso de regras para a abertura e manutenção de pequenas e médias empresas prejudica diretamente a inovação e a competitividade do bloco. Essa posição é reforçada por Klára Dostálová (ANO 2011/Chéquia), que destaca o volume de mais de 13 mil atos legislativos aprovados por Bruxelas nos últimos cinco anos como um fator que “afoga” o mercado europeu em regulamentações³⁷. Em diversos momentos, esse cenário de inércia europeia é contraposto ao dinamismo das indústrias da China e dos Estados Unidos, as quais são apresentadas como potências em ascensão econômica que representam um risco estratégico para o mercado da Europa.

Além disso, a análise dos documentos permitiu observar que debates, sobretudo críticas, acerca do orçamento da UE estão bastante presentes no cotidiano dos parlamentares.

³⁴ A Comissão é duramente criticada pela falta de transparência na negociação de contratos de vacinas contra a COVID-19, especificamente sobre mensagens de texto ocultas entre Von der Leyen e o CEO da Pfizer (Braun, 2025).

³⁵ Parlamentares denunciaram o financiamento oculto de Organizações Não-Governamentais (ONGs) pela Comissão, alegando que bilhões de euros são destinados a ONGs ideologicamente alinhadas aos interesses de grupos ambientalistas e de esquerda, sem o devido controle ou supervisão (Becker-Weigel, 2025).

³⁶ “A turnaround from EU centralism, which is increasingly robbing Austria of its sovereignty. [...] The same ‘cordon sanitaire’ that is also being applied to the ‘Patriots’ in the European Parliament by trying to prevent them from democratic and political participation”.

³⁷ “The European Union’s bloated bureaucracy has shackled our businesses for far too long. In the last five years alone, Brussels has passed over 13,000 legislative acts, flooding the market with excessive regulations that drown any hope for real innovation and competitiveness” (ver Apêndice A).

Dessa maneira, é necessário destacar que o PfE apresenta uma oposição sólida às propostas para novos planos orçamentários apresentadas pelos grupos políticos transnacionais ligados à esquerda, principalmente porque, sob a ótica dos deputados da extrema direita, a UE possui muitos gastos desnecessários. Um alvo de oposição recorrente são as instituições europeias, comumente consideradas como dispensáveis e ineficazes. Segundo Harald Vilimsky (FPÖ/Áustria), “O orçamento da UE tornou-se um símbolo flagrante de desperdício e má gestão financeira [...] Os Estados-membros deveriam poder decidir por si mesmos como utilizar o dinheiro dos seus impostos, em vez de o enviarem para Bruxelas, onde é então gerido de forma ineficiente” (ver Apêndice A)³⁸. Tais declarações visam prejudicar a percepção dos cidadãos europeus sobre a UE, colocando-a como uma organização que não é bem gerida financeiramente e que dá prejuízos aos países da região.

A partir da citação apresentada, é possível compreender que os parlamentares do PfE não apenas levantam dúvidas sobre a administração financeira da UE, mas também vinculam essa crítica à defesa das soberanias nacionais. Tal abordagem reforça a retórica contra a centralização de poder em Bruxelas, sustentando que a gestão desses recursos e de certas competências deveria retornar ao controle direto dos Estados-membros, em oposição à delegação de responsabilidades ao bloco europeu. A temática sobre o orçamento também aparece relacionada à agendas identitárias, como a declaração de Tamás Deutsch (Fidesz/Hungria)³⁹, a qual condena o financiamento de políticas europeias sobre ideologia de gênero e temas *woke*, evidenciando alguns dos pontos constantemente criticados pela extrema direita — os direitos das minorias (mulheres e o público LGBTQIA+ neste caso) (Pirro, 2023).

Por fim, convém mencionar que a temática orçamentária é usualmente levantada em se tratando do Pacto Ecológico Europeu (*European Green Deal*). As políticas ambientais promovidas pelo acordo são interpretadas pelo PfE como prejudiciais à competitividade da indústria europeia, tendo em vista as metas consideradas irrealistas — como o plano de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 55% até 2030 e de banir a comercialização de carros a combustão até 2035 — e prejudiciais à exploração de recursos regionais. Jorge Buxadé (VOX/Espanha) menciona que: “A indústria do clima tornou-se um dos esquemas mais

³⁸ “The EU budget has become a glaring symbol of wasteful spending and financial mismanagement [...] Member States should be able to decide for themselves how to use their tax money, rather than sending it to Brussels, where it is then managed inefficiently”.

³⁹ “EU propaganda that undermines national sovereignty, as well as institutionalised political blackmail, rule of law ‘jihad’ and EU funding of gender ideology and woke madness, must be stopped” (ver Apêndice A).

lucrativos do século, rivalizando com as redes de imigração ilegal e o tráfico de drogas. Trilhões de euros são canalizados para essa feitiçaria moderna [...]” (ver Apêndice A)⁴⁰.

Embora os assuntos tratados anteriormente sejam bastante frequentes, o principal ponto de questionamento ligado ao euroceticismo presente nos livretos das sessões plenárias se refere à centralização do poder em Bruxelas. Os parlamentares da extrema direita, em particular do PfE, constantemente se manifestam contra a tentativa da Comissão Europeia de usurpar competências dos parlamentos e governos nacionais e transformar a UE em uma federação centralizada. António Tânger Corrêa (CHEGA/Portugal) cita que: “A agenda centralizadora de Von der Leyen corrói a soberania nacional e aniquila as identidades únicas de nossas nações. Ao construir um superestado em Bruxelas, ela distancia a Europa de seus cidadãos [...]” (ver Apêndice A)⁴¹. Em síntese, a presidência de Ursula von der Leyen é um dos principais objetos de condenação nas falas das lideranças do PfE, dada a reivindicação contra o aprofundamento dos processos de integração europeia pretendidos pelas atuais lideranças da UE por parte da extrema direita, conforme discutido no Capítulo 1.

Outrossim, os documentos apresentam diversas denúncias dos parlamentares sobre o que é concebido enquanto abuso de poder e tentativa de ingerência da UE sobre questões internas dos Estados. Entre os exemplos citados, destacam-se a aplicação de sanções financeiras contra governos soberanos, como ocorreu com a Hungria⁴², e a utilização de órgãos europeus para exercer pressão sobre redes sociais, visando monitorar e moldar o debate público. Sobre a polêmica acerca do governo húngaro, Tamás Deutsch (Fidesz/Hungria) sublinha que: “O procedimento do Artigo 7 nunca tratou do Estado de Direito — foi uma arma política usada para pressionar a Hungria e silenciar um governo que defendia firmemente a soberania nacional, os valores conservadores e os interesses do povo húngaro” (ver Apêndice A)⁴³. Enquanto isso, Kinga Gál (Fidesz/Hungria) chamou atenção para um relatório informativo sobre reuniões fechadas entre plataformas de redes sociais e a Comissão Europeia, no intuito de controlar o conteúdo publicado pelos usuários europeus⁴⁴.

⁴⁰ “The climate industry has become one of the most profitable rackets of the century, rivaling illegal immigration networks and drug trafficking. Trillions of euros are funneled into this modern-day witchcraft [...]”.

⁴¹ “Von der Leyen’s centralizing agenda erodes national sovereignty and obliterates the unique identities of our nations. By building a Brussels superstate, she distances Europe from its citizens [...]”.

⁴² De acordo com Jennifer Rankin (2024) para o jornal The Guardian, o Tribunal de Justiça da União Europeia condenou a Hungria em mais de €200 milhões por conta de violações das leis europeias sobre migração.

⁴³ “The Article 7 procedure was never about the rule of law—it was a political weapon used to pressure Hungary and silence a government that stood firmly for national sovereignty, conservative values, and the interests of the Hungarian people”.

⁴⁴ “According to the report, the European Commission held more than 100 closed-door meetings with major social media platforms since 2020. Platforms were reportedly pressured to restrict or remove content on politically sensitive issues such as migration, COVID-19, and gender policy [...]” (ver Apêndice A).

Finalmente, as controvérsias que cercam a gestão europeia também representam um tema de forte engajamento para o PfE. Nessas circunstâncias, o emprego de táticas populistas — uma marca da direita radical populista, as quais são voltadas a manifestar descontentamento em relação às elites políticas e suas atuações, alinhando-se ao sentimento popular — acaba por ampliar sua base eleitoral. Nesse contexto, episódios como o NGO-Gate são citados para colocar em dúvida a integridade e a capacidade da Comissão Europeia. A esse respeito, Kinga Gál (Fidesz/Hungria) afirma que, sob a gestão do vice-presidente Frans Timmermans, a Comissão teria direcionado secretamente fundos públicos para ONGs ambientalistas por meio de contratos sigilosos, transformando essas entidades em lobistas remunerados da agenda do Green Deal⁴⁵. Na visão de Sebastiaan Stöteler (PVV/Países Baixos), a gravidade desse ocorrido se equipara à do escândalo Pfizergate⁴⁶.

4.2 Quais as principais agendas mobilizadas pelo PfE?

Para a extrema direita europeia, a mobilização de agendas específicas fortalece os laços de representação com o eleitorado, o qual cada vez mais se percebe economicamente ou culturalmente ameaçado pelo rumo seguido pela integração europeia nos últimos anos. Dessa forma, o exame do material revela que a mobilização do PfE nas sessões plenárias é delineada principalmente a partir de: (i) controle estrito das fronteiras externas e o combate à imigração ilegal; (ii) oposição direta às metas de transição ecológica do Pacto Ecológico Europeu; (iii) debates acerca da liberdade de expressão e censura. Esses assuntos representam temas específicos de intensa polarização e forte apelo emocional na Europa, permitindo à coalizão articular um contraponto à estrutura europeia ao unificar diferentes representantes do povo sob uma narrativa comum de proteção do cidadão — especialmente dos trabalhadores e produtores locais — e da identidade cultural do continente.

A imigração ilegal é certamente o principal tema tratado e criticado nos documentos analisados. Tendo em vista o imaginário e a cosmovisão do PfE, o acolhimento de imigrantes ilegais não só é um problema para os índices de empregabilidade no continente, mas também representa uma ameaça significativa para a segurança e para a identidade local. Em várias ocasiões, os membros do Parlamento mencionaram a ineficácia das diretrizes vigentes de

⁴⁵ “[...] under Timmermans’ leadership, the Commission secretly funneled taxpayer money to green NGOs through undisclosed contracts. These organizations, instead of independently representing civil society, acted as paid lobbyists, aggressively pushing the Commission’s Green Deal agenda” (ver Apêndice A).

⁴⁶ “A mere 30 organisations received more than €3.3 billion over 40% of the total. Given that the EU is dispersing taxpayer's money, NGO-gate is as much a scandal as Pfizergate” (ver Apêndice A).

asilo, monitoramento migratório e salvaguarda das fronteiras externas da Europa. Como exemplo, citam-se as intervenções de Tom Vandendriessche (Vlaams Belang/Bélgica), que associa essa crise à necessidade de os Estados-nação reassumirem a competência direta pela segurança de suas próprias fronteiras⁴⁷, conectando a pauta migratória aos assuntos acerca do retorno da responsabilidade de determinadas competências para os Estados soberanos.

Parlamentares como Tamás Deutsch (Fidesz/Hungria) ainda manifestam duras críticas à tentativa da UE controlar como um Estado soberano deve proceder sobre o tema, a exemplo da Hungria, a qual foi multada em dezenas de milhares de euros pela sua recusa em permitir a entrada de imigrantes no país. Sob essa ótica, Deutsch afirma que “Bruxelas pune a Hungria por defender suas fronteiras, mas permanece em silêncio diante dessa loucura” (ver Apêndice A)⁴⁸. Esse ponto pode ser interpretado à luz das declarações das lideranças da extrema direita do PfE sob a visão cuja a UE, especificamente a Comissão Europeia sob a presidência de Ursula von der Leyen, está pressionando os Estados-membros a agirem de acordo com suas ideologias, resultando em críticas contundentes à posição da UE e à estrutura da integração europeia por parte dos parlamentares da extrema direita.

No objetivo de defender posicionamentos anti-imigração, os eurodeputados do PfE utilizam retóricas severas que correlacionam a imigração em massa com o aumento da criminalidade violenta e a perda de segurança nos solos europeus. Sob esse prisma, personalidades como Hermann Tertsch (VOX/Espanha)⁴⁹ e Jean-Paul Garraud (Rassemblement National/França)⁵⁰ citam crimes cometidos na Suécia para condenar a presença dos grupos vistos como ameaça existencial à segurança regional. Somado a isso, a questão acerca da imigração também é compreendida como uma forte ameaça à cultura e identidade civilizacional europeia⁵¹. Jorge Buxadé (VOX/Espanha), por exemplo, ressalta que: “Enquanto abrem as fronteiras para milhões de migrantes ilegais, alterando drasticamente o tecido cultural e a demografia da Europa, eles erguem uma nova Cortina de Ferro contra o

⁴⁷ “The reality is that Brussels has lost control over asylum and migration. Countries like Germany and France are taking matters into their own hands, and rightfully so. [...] The solution cannot be found in more EU regulations or migration pacts. Instead, individual Member States must reclaim their right to protect their borders” (ver Apêndice A).

⁴⁸ “Brussels punishes Hungary for defending its borders, yet remains silent in the face of this madness”.

⁴⁹ “Sweden is the most shocking example of this decline. Once considered one of the safest countries in the world, it is now a land plagued by daily bombings and shootings” (ver Apêndice A).

⁵⁰ “The evidence is overwhelming: criminal networks, often of immigrant origin and thriving on drugs and trafficking of all kinds, have turned the Swedish suburbs into veritable lawless zones” (ver Apêndice A).

⁵¹ Vale salientar que grupos islâmicos são frequentemente abordados como uma ameaça existencial para o futuro do continente. Exemplos como a fala de Marieke Ehlers (PVV/Países Baixos): “In the Netherlands, Islam has already become the largest religion among people up to 25 years of age. By mid-century, Islam will be the largest religion in the land larger than Christianity. We are already reaping the bitter harvest of this transformation” (ver Apêndice 1).

livre intercâmbio de ideias” (ver Apêndice A)⁵². Tais argumentos fazem referência também à construção do imigrante ou estrangeiro como o “Outro”, constantemente concebido como uma ameaça existencial à região, consoante à argumentação apresentada no Capítulo 1.

Avançando a discussão para a oposição à pauta ambiental, é significativo notar que o PfE reconhece a importância do tema, no entanto, segundo os parlamentares, é justamente a maneira como a UE, particularmente a Comissão, vem trabalhando a agenda que compromete o futuro da Europa. A partir da leitura dos documentos, é evidente que o Pacto Ecológico Europeu é um dos principais alvos de ataque nos posicionamentos coletivos, além de que o Acordo também é abordado como um símbolo ideológico da esquerda ambientalista por parte dos MPEs da extrema direita. Para esclarecer esta questão, podemos observar a declaração de Klára Dostálová (ANO 2011/Chéquia), a qual atribui que: “O Green Deal, em sua forma atual, não é um roteiro para a prosperidade sustentável — é uma receita para o declínio industrial e econômico. Quando a ideologia norteia a formulação de políticas, a realidade é sempre a primeira vítima” (ver Apêndice A)⁵³.

É amplamente aceita e disseminada pelos representantes do PfE a perspectiva de que as políticas ambientais da UE representam uma ferramenta de destruição da atividade agrícola e industrial europeia⁵⁴. À vista disso, Anna Brylka (Konfederacja/Polônia) salienta que: “Para todos aqueles que acompanham a situação econômica na UE, é hora de encarar a verdade devastadora por trás do contínuo suicídio econômico da Europa. [...] A América constrói, cria e desenvolve inovações, enquanto a Europa apenas regula” (ver Apêndice A)⁵⁵. Sumariamente, a parlamentar supracitada compreende que, enquanto outros países prosperam, os europeus se “suicidam economicamente” devido às excessivas políticas regulatórias que dificultam o trabalho do povo — demonstrando, novamente, ligação direta com traços ideológicos do populismo.

Especificamente sobre os agricultores locais, a partir da investigação das fontes primárias, é perceptível que o PfE realiza uma mobilização intensa em defesa dos interesses desse grupo. Isso se deve principalmente à perspectiva de que os pequenos e médios produtores são vistos comumente como as principais vítimas dessas disposições ambientais europeias. Kinga Gál (Fidesz/Hungria) declara que: “As ambições ecológicas excessivas e as

⁵² “While they open borders to millions of illegal migrants, drastically altering Europe’s cultural fabric and demographics, they erect a new Iron Curtain against the free exchange of ideas”.

⁵³ “The Green Deal, in its current form, is not a roadmap to sustainable prosperity - it is a blueprint for industrial and economic decline. When ideology drives policymaking, reality is always the first victim”.

⁵⁴ Jordan Bardella (Rassemblement National/França) argumenta que: “To return to growth, let’s suspend the Green Deal, which is a weapon of mass destruction for our agriculture and businesses” (ver Apêndice A).

⁵⁵ “For all those watching the economic situation in the EU, it is time to see the devastating truth behind Europe’s ongoing economic suicide. [...] America builds, creates and develops innovations while Europe only regulates”.

políticas econômicas de viés ideológico da elite de Bruxelas arruinaram a agricultura e os agricultores europeus, e o excesso de regulamentação colocou as pequenas e médias empresas em uma situação difícil” (ver Apêndice A)⁵⁶.

Ao tratar sobre agricultura, os documentos analisados permitem identificar uma grave consequência apontada pelas declarações das lideranças do PfE, referindo-se à perda de soberania alimentar. Sob essa perspectiva, as ambições normativas de Bruxelas acabam por converter o bloco em um mercado fragilizado, cuja dependência de importações externas ameaça, inclusive, a sua autonomia básica de subsistência. Paolo Borchia (Liga/Itália) cita:

Em vez de reforçar a renda dos agricultores, a medida compensa os custos da transição ecológica, acumulando burocracia e tornando a atividade agrícola insustentável. [...] As políticas de Bruxelas correm o risco de transformar a Europa em um mercado enfraquecido e dependente, incapaz de produzir seu próprio alimento (ver Apêndice A)⁵⁷.

Além disso, existe um fator que os eurodeputados constantemente chamam atenção nos livretos das sessões plenárias: a crise energética atualmente vivida no continente. Diante desse cenário conturbado, a transição energética fortemente estimulada pelas instituições europeias, especialmente motivadas pelas normas ambientais recentes, é apontada como agravante da inflação nas contas de luz e apagões recentes. Tal conjuntura decorre, essencialmente, das estratégias adotadas para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Pacto Ecológico Europeu. Em função dessas diretrizes, diversas modalidades de fontes energéticas convencionais, como é o caso dos combustíveis fósseis, estão sendo progressivamente desativadas no território europeu, o que é projetado como um problema bastante prejudicial ao suprimento energético regional. Tendo isso em vista, Klára Dostálová (ANO 2011/Chéquia) afirma que:

A Europa está comprometendo gravemente sua própria segurança energética ao desativar usinas nucleares, banir combustíveis fósseis e forçar as indústrias a comprar energia verde a preços excessivos — enquanto a China e os EUA utilizam fontes de energia baratas e confiáveis [...] (ver Apêndice A)⁵⁸.

A conjuntura retratada ainda permite discussões envolvendo a dependência da Europa em relação à outras nações, como é o caso da China, a qual não somente fornece matérias primas (minerais, por exemplo), mas também produtos finais que competem diretamente com

⁵⁶ “The excessive green ambitions and the ideologically driven economic policies of the Brussels elite have ruined European agriculture and farmers, and over-regulation has put small and medium-sized enterprises in a difficult situation”.

⁵⁷ “Rather than bolstering farmers’ incomes, it compensates for the green transition’s costs, piling on bureaucracy and rendering farming unsustainable. [...] Brussels’ policies risk turning Europe into a weakened, dependent market unable to feed itself”.

⁵⁸ “Europe is crippling its own energy security by shutting down nuclear plants, banning fossil fuels, and forcing industries to buy overpriced green energy—while China and the US use cheap, reliable energy sources [...]”.

os bens europeus, neste caso, veículos elétricos chineses. Sobre esse assunto, Jorge Buxadé (VOX/Espanha) assinala que:

A indústria automotiva europeia, um pilar fundamental da nossa economia, está sob ataque. Políticas recentes da UE, como o Regulamento 2023/85⁵⁹, proibiram efetivamente a venda de veículos com motores de combustão interna a partir de 2035. [...] Essa transição precipitada resultou em perda de empregos, fechamento de fábricas e maior dependência de países estrangeiros, como a China, para o fornecimento de materiais críticos (ver Apêndice A)⁶⁰.

Esse ponto também é trazido como elemento discursivo pelos eurodeputados do PfE para criticar o fato de a UE impor restrições severas às suas próprias indústrias, ao mesmo tempo que a China e outras nações continuam expandindo e inovando sua cadeia produtiva a partir de fontes baratas de energia, sem sofrer quaisquer penalidades. De acordo com o que foi exposto pelo Capítulo 1, a extrema direita se firma a partir da ansiedade e da insegurança econômica que a população sente em relação à essa conjuntura local problemática e as declarações do PfE sobre a falta de competitividade dos mercados locais reforçam tais queixas.

Adicionalmente, a análise qualitativa das fontes primárias permitiu observar que discussões relacionadas à defesa da liberdade de expressão estão presentes e compõem uma agenda importante para MPEs do PfE. Não obstante, as declarações apontam para uma insatisfação generalizada no grupo, dadas as percepções de censura e controle social arquitetada por Bruxelas. Os deputados sinalizam para o uso de regulações de redes sociais, o combate oficial à “desinformação” e iniciativas como o “Escudo da Democracia” como cortinas de fumaça criadas pela Comissão Europeia para silenciar atores considerados dissidentes — com destaque para grupos políticos transnacionais conservadores e de extrema direita — e filtrar o debate político a partir de ideologias preferíveis.

A partir da discussão exposta, as manifestações em prol da liberdade de expressão acontecem acima de tudo a partir da compreensão de que as instituições europeias pretendem ampliar seus poderes sobre esse direito considerado inalienável. Como exemplo, a introdução do livreto publicado em janeiro de 2025 indica que: “A luta pela liberdade de expressão ganha destaque, à medida que a Comissão Europeia se move para regulamentar o que deveria

⁵⁹ No livreto, o código do regulamento foi grafado erroneamente como “2023/85”, quando o correto, observando o conteúdo de crítica de Buxadé, seria o Regulamento (UE) “2023/851” (União Europeia, 2023).

⁶⁰ “The European automotive industry, a key pillar of our economy, is under attack. Recent EU policies, such as Regulation 2023/85, have effectively banned the sale of internal combustion engine vehicles by 2035. [...] This rushed transition has led to job losses, factory closures, and increased dependency on foreign countries like China for critical materials”.

permanecer um direito inalienável” (ver Apêndice A)⁶¹. Com efeito, os eurodeputados conseguem colocar a UE, mais uma vez, como ator responsável pela ameaça às liberdades individuais e à qualidade de vida da população, atraindo a atenção de segmentos do eleitorado que possuem maior afinidade com essas pautas.

Ainda sobre a temática citada, as lideranças do PfE manifestam muitas críticas à tentativa da UE em combater a desinformação no ambiente digital. Segundo os parlamentares, as práticas da instituição têm o objetivo primordial de erguer barreiras ideológicas contra visões de mundo conservadoras. De acordo com Paolo Borchia (Liga/Itália), “O que fica evidente é uma tentativa crescente, por parte das instituições da UE — frequentemente apoiadas por governos nacionais e segmentos do Judiciário —, de policiar o debate público sob os rótulos de ‘desinformação’ e ‘discurso de ódio’ ” (ver Apêndice A)⁶². Neste aspecto, o grupo ataca principalmente ao que é visto como ameaça às liberdades de expressão dos cidadãos europeus, comprovando mais uma marca dos movimentos da extrema direita.

4.3 Quais são os posicionamentos do PfE sobre política internacional?

Ao estender a análise de conteúdo qualitativa para a dimensão internacional, os livretos das sessões plenárias do PfE evidenciam que política externa se comporta como uma temática rigorosamente subordinada à matriz ideológica antiglobalista e soberanista. Essa dinâmica é compatível com o movimento do restante da extrema direita da Europa, conforme argumentado no Capítulo 1. Em resumo, o PfE possui posicionamentos sobre a política externa da UE guiados por uma lógica intensamente nacionalista, que se contrapõe ao multilateralismo supranacional por perceber as Organizações Internacionais como uma extensão das elites políticas e econômicas globais.

Sob essa ótica, as temáticas de política internacional que recebem maior atenção nas discussões dos referidos parlamentares envolvem: (i) o cenário no Oriente Médio, marcado pelo apoio irrestrito ao Estado de Israel e por posicionamentos críticos em relação ao Irã e ao Islã; (ii) a defesa do protecionismo na economia, manifestada por meio da resistência explícita à ratificação do Acordo entre a UE e o MERCOSUL; e (iii) a gestão das relações diplomáticas com outras nações e regiões, com destaque para as interações com os Estados Unidos, o continente africano e a Ucrânia.

⁶¹ “The fight for freedom of expression is taking center stage, as the European Commission moves to regulate what should remain an inalienable right”.

⁶² “What emerges clearly is a growing attempt by EU institutions—often backed by national governments and segments of the judiciary—to police public debate under the labels of ‘disinformation’ and ‘hate speech’ ”.

Em primeiro lugar, as declarações dos parlamentares acerca do Oriente Médio normalmente apresentam um sentido de solidariedade às ações de Israel nos conflitos, além de uma contraposição declarada ao regime tecnocrático do Irã e do combate da ideologia islâmica radical na Europa. Nesse aspecto, os parlamentares declaram apoio ao direito de Israel existir e se defender, a exemplo da afirmação de Sebastiaan Stöteler (PVV/Países Baixos), o qual considera Israel como um modelo de Estado soberano:

Para o PVV, Israel representa um modelo de Estado-nação que afirma sua independência e soberania. [...] No período pós-Segunda Guerra Mundial, enquanto as elites políticas da Europa começavam a dismantlar os Estados-nação e a dissolvê-los em uma instituição supranacional, a nação judaica reafirmava com orgulho sua condição de Estado soberano, defendendo vigorosamente suas fronteiras (ver Apêndice A)⁶³.

Além do mais, os documentos demonstram apoio ao fim do financiamento da Agência da ONU para Refugiados Palestinos (*United Nations Relief and Works Agency for Palestine*, conhecida pela sigla UNRWA), destacando que a instituição auxilia no terrorismo cometido contra o Estado judaico. Nesse aspecto, Stöteler também declara que “Israel agiu corretamente ao banir a UNRWA [...] Apesar de suas alegações de neutralidade e intenções humanitárias, a UNRWA está longe de ser uma organização neutra. Ela se tornou uma fachada para grupos terroristas palestinos” (ver Apêndice A)⁶⁴. Tal debate pode ser percebido também através da ótica referente à contraposição dos grupos de extrema direita em relação às organizações internacionais, especialmente às instituições e aos valores universalistas impulsionados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ao que é assimilado como estrutura globalismo gerencial.

No que concerne ao enfrentamento do regime iraniano, o país é regularmente descrito nos livretos como uma ameaça global, com destaque para o continente europeu, tendo em vista a ascensão de grupos radicais que ameaçam valores tradicionais que compõem a Europa — a religião cristã é um exemplo bastante retomado. A partir disso, Mieke Andriese (PVV/Países Baixos) declara que: “A ideologia islâmica representa uma das mais graves ameaças à civilização humana, inclusive aqui na Europa. O Irã está entre os defensores mais agressivos da dominação islâmica mundial. É um Estado pária que patrocina sistematicamente

⁶³ “To the PVV, Israel stands as a model of a nation-state asserting its independence and sovereignty. [...] In the post-World War II era, while Europe’s political elites began dismantling nation-states and dissolving them into a supranational institution, the Jewish nation proudly reasserted itself as a sovereign state, vigorously defending its borders”.

⁶⁴ “Israel has rightly banned UNRWA [...] Despite its claims of neutrality and humanitarian intentions, UNRWA is far from a neutral organization. It has become a front for Palestinian terrorist groups”.

o terrorismo [...]” (ver Apêndice A)⁶⁵. Sumariamente, o PfE compartilha uma nuance bastante sólida de que a UE deve romper com a diplomacia de apaziguamento recorrente em relação ao Irã⁶⁶, vide as ameaças existenciais que as ideologias radicais islâmicas representam, de acordo com os preceitos da extrema direita na região.

Em outra vertente, um aspecto de grande relevância para os membros do PfE é o apoio explícito à soberania alimentar e ao protecionismo econômico. Neste caso, o retorno de políticas protecionistas locais é usualmente defendido como a única resposta viável para proteger o mercado agrícola e industrial europeu frente à concorrência global liderada por nações como China, Estados Unidos e Índia. Jean-Paul Garraud (Rassemblement National/França) argumenta, por exemplo, que “A Europa deve repensar imediatamente a sua estratégia e implementar um protecionismo econômico genuíno, o único meio de salvaguardar a nossa indústria e a nossa soberania” (ver Apêndice A)⁶⁷.

Somado a isso, o tratado comercial entre a UE e o MERCOSUL⁶⁸ enfrenta resistências ainda mais severas, pois, segundo os livretos, desconsideram os interesses da população e prejudicam diretamente os produtores locais. À vista disso, Anna Brylka (Konfederacja/Polônia) denuncia que “A Comissão Europeia está violando flagrantemente os tratados da UE ao impor o acordo com o Mercosul, contrariando os interesses tanto dos agricultores europeus quanto dos consumidores de alimentos” (ver Apêndice A)⁶⁹. As críticas se fundamentam na percepção de que o pacto estabelece uma competição injusta para os agricultores europeus, que devem respeitar inúmeras regulamentações internas, ao mesmo tempo que os produtos sul-americanos não seguem os mesmos critérios e mesmo assim teriam acesso ao mercado europeu. A declaração de Kinga Gál (Fidesz/Hungria)⁷⁰ elucida esta questão ao assinalar que as salvaguardas do Acordo são insuficientes para não prejudicar o mercado do continente europeu, o qual se encontra fortemente ameaçado devido às cláusulas negociadas pela Comissão com o bloco do MERCOSUL.

⁶⁵ “Islamic ideology poses one of the gravest threats to human civilization, including here in Europe. Iran is among the most aggressive proponents of Islamic world domination. It is a rogue state that systematically sponsors terrorism [...]”.

⁶⁶ Jean-Paul Garraud (Rassemblement National/França) aponta que: “For years, European diplomacy has favoured appeasement, unconditional dialogue, and sterile compromises with Tehran. This strategy has only strengthened the regime and fostered a sense of abandonment among the Iranian people” (ver Apêndice A).

⁶⁷ “Europe must immediately rethink its strategy and implement genuine economic protectionism, the only means of safeguarding our industry and sovereignty”.

⁶⁸ Vale ressaltar que o Acordo entre União Europeia e MERCOSUL foi aprovado e entrou em vigor provisoriamente em 01 de maio de 2026 (Oliveira, 2026).

⁶⁹ “The European Commission is blatantly violating EU treaties by imposing the Mercosur agreement, contrary to the interests of both European farmers and food consumers”.

⁷⁰ “Under the EU-Mercosur deal, our farmers are facing unfair competition and a structural disadvantage. The so-called ‘safeguard clauses’ by the Commission are insufficient: they offer no real protection” (ver Apêndice A).

No âmbito da diplomacia entre a UE e os EUA, o PfE saúda a vitória presidencial de Donald Trump, adotando as prioridades do novo governo americano como referência estratégica. Entre os pontos de convergência, destacam-se a ênfase no protecionismo econômico interno e o combate ao ativismo ideológico de grupos da esquerda política. A celebração do modelo eleitoral norte-americano pode ser analisada a partir da declaração de Sebastiaan Stöteler (PVV/Países Baixos): “Independentemente do que se pense sobre Trump, a mensagem dos eleitores americanos é clara: eles querem menos interferência do governo, menos ideologia ‘woke’ e menos migração. Os americanos escolheram mais soberania e bom senso” (ver Apêndice A)⁷¹.

No entanto, também é válido citar a desconfiança gerada no grupo em relação aos acordos comerciais bilaterais com Washington, já que os parlamentares se mostraram temerosos em relação às condições injustas do acordo que o governo estadunidense pode buscar impor sobre o bloco europeu. Sob essa perspectiva, Jordan Bardella (Rassemblement National/França) chama atenção sobre a perda de soberania comercial da União frente às negociações:

Quanto ao acordo firmado neste verão entre a União Europeia e os Estados Unidos, o que se revela é menos uma negociação genuína do que um recuo político. Em vez de defender os interesses estratégicos da Europa, Bruxelas optou pela acomodação com Washington, em detrimento da nossa soberania a longo prazo (ver Apêndice A)⁷².

O posicionamento de Bardella expõe uma nuance pertinente na articulação política do PfE: a existência de uma clara assimetria entre o alinhamento ideológico-cultural com o trumpismo e a salvaguarda dos interesses comerciais europeus. Enquanto o grupo celebra a vitória da retórica soberanista nos EUA como uma validação de sua própria cosmovisão, o pragmatismo econômico nacionalista impede os parlamentares de aceitarem uma posição de subordinação tarifária ou comercial que fragilize as indústrias locais, evidenciando, assim, que o soberanismo do PfE prevalecerá sobre alinhamentos geopolíticos automáticos.

Já sobre as relações com o continente da África, os documentos analisados refletem que o PfE é pautado a partir de um consenso: o grupo defende que a contribuição europeia ao desenvolvimento dos países africanos deve ser atrelada rigidamente à aceitação, por parte dos seus governos nacionais, da repatriação imediata de seus respectivos cidadãos que se encontram em estado de ilegalidade na Europa. Tal exigência de usar vistos e ajuda financeira

⁷¹ “Whatever you think of Trump, the message from American voters is clear: They want less government interference, less woke ideology, less migration. Americans have chosen more sovereignty and common sense”.

⁷² “Regarding the agreement signed this summer between the European Union and the United States, what emerges is less a genuine negotiation than a political retreat. Rather than defending Europe’s strategic interests, Brussels has chosen accommodation with Washington, at the expense of our long-term sovereignty”.

como moeda de troca contra a imigração ilegal advinda da África é discutida na declaração de António Tânger Corrêa (CHEGA/Portugal), pontuando que “A ajuda ao desenvolvimento, os acordos comerciais e as políticas de vistos devem ser estritamente condicionados à aceitação incondicional do retorno de nacionais. A Europa precisa retomar o controle de suas fronteiras [...]” (ver Apêndice A)⁷³.

Por fim, sobre as relações com a Ucrânia, as declarações contidas nos livretos revelam que o PfE desloca o debate para o campo econômico e da soberania fiscal. Nesse sentido, o grupo se opõe veementemente à assistência financeira prestada pela UE ao governo de Kiev, considerando a visão de que existem diversas outras prioridades intrabloco para serem investidos bilhões de euros. A eurodeputada Mieke Andriese (PVV/Países Baixos) contesta abertamente o direcionamento dos fundos comunitários ao afirmar que: “A União Europeia decidiu destinar 90 bilhões de euros à Ucrânia. Esse montante vultoso é necessário para cobrir dois terços das necessidades de financiamento da Ucrânia para 2026 e 2027. O apoio à Ucrânia jamais deve ocorrer em detrimento dos nossos próprios cidadãos” (ver Apêndice A)⁷⁴.

A principal crítica coletiva do PfE resite no fato de que a UE se comporta como financiadora de um conflito externo, em vez de investir seu orçamento no bem-estar dos seus próprios cidadãos, que são os verdadeiros contribuintes e mantenedores da organização. Além do mais, o grupo político também se apoia na suspeição sobre a gestão desses montantes, vinculando essa postura à ideia de combate à corrupção institucional — inclusive uma das pautas defendidas pelo grupo. Sob esse viés, Anna Brylka (Konfederacja/Polônia) lança questionamentos sobre a integridade do destino final dos auxílios financeiros da UE enviados à Ucrânia: “[...] À luz dos recentes escândalos de corrupção na Ucrânia, qualquer político responsável deve ter sérias dúvidas sobre para onde esse dinheiro acabará indo” (ver Apêndice A)⁷⁵.

4.4 A união faz a força: principais resultados das declarações dos “plenary booklets”

A análise de conteúdo qualitativa dos livretos do PfE, compreendida entre outubro de 2024 e maio de 2026, permitiu estruturar, sistematicamente, a atuação e o comportamento

⁷³ “Development aid, trade agreements, and visa policies should be strictly conditioned on the unconditional acceptance of returning nationals. Europe must reclaim control of its borders [...]”.

⁷⁴ “The European Union has decided to sponsor Ukraine with €90 billion. This enormous amount is needed to cover two-thirds of Ukraine's financing needs for 2026 and 2027. Supporting Ukraine must never come at the expense of our own citizens”.

⁷⁵ “[...] In light of recent corruption scandals in Ukraine, any responsible politician must have serious doubts about where this money will ultimately go”.

retórico de uma das principais forças da extrema direita no PE na atual legislatura (ver Quadro 4). Ao articular os achados empíricos em torno dos três eixos analíticos estabelecidos, observa-se que o grupo opera sob uma lógica de coesão programática que visa, fundamentalmente, ressignificar o papel das soberanias nacionais frente ao desenho institucional de Bruxelas.

No primeiro eixo, que tange às manifestações de euroceticismo, o PfE se posiciona majoritariamente dentro dos parâmetros do “euroceticismo brando” ou reformista, canalizando as insatisfações da opinião pública contra a centralização administrativa da Comissão Europeia sob Ursula von der Leyen. O orçamento da União, a densidade burocrática e os escândalos de governança são mobilizados como sintomas de uma instituição supranacional ineficiente e desconectada dos cidadãos comuns.

No segundo eixo, a mobilização de agendas temáticas expõe a convergência clássica da extrema direita entre a retórica anti-imigração e a oposição à agenda verde impulsionada pela Comissão, particularmente o Pacto Ecológico Europeu. Contudo, a pesquisa empírica revelou um achado original que enriquece o debate teórico na literatura: a centralidade conferida à defesa da liberdade de expressão em face da regulação do ambiente digital. Ao enquadrar o combate à desinformação promovido pela UE como uma tentativa de censura ideológica e silenciamento de vozes dissidentes, o PfE capta uma ansiedade recente sobre o controle das redes sociais, transformando a pauta digital em um pilar de mobilização populista contra as elites comunitárias.

Por fim, o terceiro eixo demonstrou que a política internacional do bloco é rigorosamente subordinada à matriz soberanista e antiglobalista. Isso se traduz principalmente no apoio irrestrito a Israel, na resistência protecionista ao Acordo UE-MERCOSUL e na contraposição à ajuda financeira destinada para a Ucrânia. No entanto, o relacionamento do grupo com o continente africano expõe outro ponto de destaque analítico da pesquisa: a consolidação de uma condicionalidade estrita na política externa. Em vez de uma cooperação internacional pautada por critérios puramente humanitários ou econômicos vigentes na diplomacia tradicional, os eurodeputados do PfE articulam uma lógica pragmática ao propor que o financiamento ao desenvolvimento e as facilidades de vistos em países africanos fiquem rigidamente atrelados à aceitação imediata da repatriação de imigrantes em situação irregular.

Em suma, o capítulo demonstrou que o PfE consegue unificar uma base transnacional heterogênea em termos de nacionalidade sob uma retórica comum — seja protegendo o produtor local do Pacto Ecológico Europeu, o cidadão das redes reguladas pela Comissão ou as fronteiras europeias dos fluxos migratórios —, consolidando-se como um bloco estratégico

focado em frear o aprofundamento da integração europeia a partir do próprio trabalho no Parlamento.

Quadro 4 – Síntese dos posicionamentos e principais resultados analíticos das declarações dos eurodeputados do PFE (10/2024 – 05/2026).

Categoria analítica	Tópicos Principais Identificados	Principais Resultados Encontrados
Manifestação de euroceticismo	• Crítica à centralização de Bruxelas; • Carga burocrática excessiva; • Questionamento do orçamento da UE.	• Alinhamento ao modelo de euroceticismo brando (reformista), que defende a "Europa das Nações" e rejeita o modelo federalista comunitário; • Uso de táticas populistas e exploração de escândalos administrativos (ex: Pfizergate, NGO-Gate) para minar a legitimidade e confiança depositada na Comissão Europeia.
Mobilização de agendas	• Controle migratório estrito; • Oposição ao European Green Deal; • Defesa da Liberdade de Expressão nas Redes.	• Enquadramento da imigração e das políticas ambientais como ameaças diretas à segurança identitária, à soberania alimentar e à competitividade da indústria europeia; • Destaque: articulação inovadora que conceitua os mecanismos da UE de combate à desinformação como ferramentas de censura política contra o conservadorismo.
Política internacional	• Apoio irrestrito a Israel e anti-Irã; • Protecionismo econômico (Anti-MERCOSUL); • Condicionalidade na ajuda à África.	• Subordinação da política externa ao viés antiglobalista e à preservação fiscal dos cidadãos europeus (oposição ao financiamento da Ucrânia). • Destaque: defesa de que qualquer ajuda ao desenvolvimento ou acordos de vistos com a África devem ser rigidamente vinculados à aceitação incondicional da repatriação de imigrantes ilegais.

Fonte: Elaboração própria, com auxílio de inteligência artificial⁷⁶.

⁷⁶ A síntese apresentada neste quadro foi elaborada com o suporte assistivo da Inteligência Artificial Gemini (versão Flash) para fins exclusivos de resumo dos achados deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou investigar como as lideranças do grupo político transnacional *Patriots for Europe* manifestam suas ideologias ligadas à extrema direita e ao movimento eurocético no Parlamento Europeu. Ao mesmo tempo, discutiu-se sobre a literatura acerca da nova extrema direita e do movimento eurocético. Sob tal aspecto, importa lembrar que a extrema direita foi definida como um espectro ideológico da família da direita política, que compartilha repertórios ideológicos fortes, os quais combinam retóricas ultranacionalistas, excludentes e autoritárias. O presente estudo também destacou que o movimento recente da extrema direita se encontra profundamente articulado internacionalmente, tendo em vista as existência de redes de cooperação e a contraposição coletiva aos elementos da Ordem Liberal Internacional, como multilateralismo, livre comércio, proteção aos Direitos Humanos e das minorias, pluralismo cultural e valores universalistas do sistema onusiano (Golder, 2016; Gattinara; Pirro, 2018; Mudde, 2019; Orellana; Michelsen, 2019; Abrahamsen, 2020; Pirro, 2023; Tannous, 2023; Gagatsek, 2024).

Além disso, a pesquisa evidenciou aspectos pertinentes ligados ao movimento eurocético, sobretudo os debates na literatura especializada acerca de suas definições, tipologias e características fundamentais. Diante disso, utilizou-se o conceito de Taggart (1998), colocando o euroceticismo como a “[...] a ideia de oposição contingente ou qualificada, bem como a oposição direta e irrestrita ao processo de integração europeia” (p. 366, tradução nossa), além de distinções como o brando (*soft*) e o radical (*hard*); e de manifestações recentes associadas às ideologias nacionalistas. Também vale mencionar a defesa da ideia de que o movimento de contestação à integração continental não é uma consequência direta de momentos de crises, mas sim da disposição política (*polity mood*) da população em relação à UE, contrária, normalmente, do esperado ao analisar a literatura especializada sobre tal assunto (Braun; Popa; Schmitt, 2019).

O trabalho também contribuiu na investigação a respeito da evolução da representatividade de grupos políticos transnacionais ligados à extrema direita e ao movimento eurocético no PE ao longo das dez sessões constitutivas (1979–2024). Dessa forma, elaboraram-se figuras, tabelas e matrizes cíclicas que ilustram analiticamente o percurso e a flutuação no preenchimento de assentos por parte desses grupos ao longo dos resultados eleitorais, o que evidenciou que a extrema direita vive seu maior pico de representatividade no PE da história, com cerca de 15% das cadeiras totais. Ao mesmo tempo,

partidos de direita que compartilham discursos eurocéticos correspondem atualmente a mais de 25% da composição da instituição supranacional europeia referenciada.

Já ao examinar as principais fontes primárias (livretos das sessões plenárias) utilizadas por este trabalho no intuito de responder à pergunta orientadora deste estudo, foi possível observar que os membros do PfE operam de uma maneira bastante coesa. Como resultado da análise de conteúdo qualitativa empregada, constata-se que a coalizão age seguindo o objetivo de minar a confiança da sociedade europeia sobre a estrutura da integração regional e suas respectivas instituições, assim como de defender agendas identitárias locais e nacionalistas, particularmente ligadas ao endurecimento das políticas migratórias do continente. Não obstante, os eurodeputados também se apresentam como atores firmemente contrários ao desenho e implementação de normas que versam sobre pautas ambientais, considerando-as culpadas pela perda de competitividade dos mercados europeus frente às disputas comerciais com países extra-bloco. Adicionalmente, a pesquisa revelou uma articulação inovadora do grupo no ecossistema digital, ao enquadrar os mecanismos de combate à desinformação propostos por Bruxelas como ferramentas de censura política contra o conservadorismo e a liberdade de expressão.

Em resumo, deduz-se que as ideologias impulsionadas nas declarações contidas nos livretos combinam fortemente com a retórica apresentada pela literatura sobre a extrema direita e o movimento eurocético. Este trabalho observou a presença de táticas populistas para sensibilizar a sociedade europeia sobre temáticas ligadas à UE, a exemplo de escândalos administrativos, críticas em relação ao orçamento do bloco, assim como da rejeição à centralização de poderes em Bruxelas. Além disso, a mobilização das agendas do PfE é estritamente compatível com o esperado ao investigar a literatura sobre extrema direita, considerando discussões que tangem temas como políticas migratórias, temáticas ambientais frente os setores econômicos (especialmente as indústrias) e liberdade de expressão. Por fim, a análise encontrou dados que apontam para o posicionamento do grupo sobre elementos e atores da política internacional, como o apoio irrestrito do PfE a Israel e ao sentimento anti-Irã, críticas ao Acordo UE-MERCOSUL, ressalvas sobre as relações do bloco com a Ucrânia e a defesa de uma estrita condicionalidade nas políticas de vistos e ajuda ao desenvolvimento para o continente africano, vinculando-as rigidamente à repatriação de imigrantes irregulares.

Não obstante os resultados alcançados, cumpre assinalar as limitações metodológicas inerentes ao desenho e ao recorte desta pesquisa, as quais delimitam seus alcances inferenciais qualitativos. Em primeiro lugar, a investigação concentrou-se estritamente na dimensão

discursiva e na matriz ideológica institucionalizada das lideranças do grupo, operacionalizada por meio dos *plenary booklets*. Consequentemente, este escopo abdica de examinar o comportamento de voto real (*roll-call voting*) ou as dinâmicas de bastidores e possíveis fraturas internas nas votações nominais do plenário do PE. Em segundo lugar, o recorte temporal fixado entre outubro de 2024 e maio de 2026, embora justificado por critérios cronológicos de *timing* institucional da pesquisa e disponibilidade documental, captura um fragmento inicial da 10ª legislatura. Por fim, por se tratar de um estudo de caso único descritivo-exploratório focado em uma coalizão supranacional específica, os achados possuem validade analítica e conceitual para o fenômeno da transnacionalização da extrema direita europeia, não pretendendo uma generalização estatística probabilística para outros espectros geográficos ou partidos fora do polo TAN do bloco.

Finalmente, as contribuições deste trabalho de conclusão de curso residem na nova percepção de que as ideologias disseminadas intra-grupo pelas lideranças do PfE condizem bastante com as ideologias do fenômeno global da ascensão da extrema direita europeia e do movimento eurocético. Ao considerar a escassez de pesquisas na literatura sobre as dinâmicas internas das coalizões no PE, esta pesquisa contribui com uma análise sobre um novo ator relevante no cenário supranacional europeu para o estudos da Ciência Política e das Relações Internacionais, particularmente para a área de concentração sobre instituições, processos e atores internacionais. O aprofundamento dos estudos sobre grupos como o PfE é fundamental para a compreensão sobre a organização e a dinâmica de atuação desses personagens em um dos blocos políticos mais influentes e institucionalmente complexos do cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- AHOLA, Ansa. Divergent Realities: a discourse analysis of the right-wing populist discourse in climate. *Law Review*, v. 100, n. 5, p. 1061-1110, 2023.
- AHRENS, Petra; ELOMÄKI, Anna; KANTOLA, Johanna. European parliament's political groups in turbulent times. Palgrave Macmillan, 2022.
- BARDI, L.; BRESSANELLI, E.; CALOSS, E.; GAGATEK, W.; MAIR, P.; PIZZIMENTI, E. How to create a transnational party system. European Parliament: Committee on Constitutional Affairs, 2010.
- BECKER-WEIGEL, Mechthilde. NGO-gate in Brüssel: Gekaufte Meinung? Wie Brüssel Millionen an Umwelt-NGOs zahlte. *Bauernblatt*, Rendsburg, 15 jun. 2025. Disponível em: <https://www.bauernblatt.com/ngo-gate-in-bruessel/>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Tradução: Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 2 v.
- BOOMGAARDEN, H. G. et al. Mapping EU attitudes: Conceptual and empirical dimensions of Euroscepticism and EU support. *European Union Politics*, v. 12, n. 2, p. 241-266, 2011.
- BRACK, N.; STARTIN, N. Introduction: Euroscepticism, from the margins to the mainstream. *International Political Science Review*, v. 36, n. 3, p. 239-249, 2015.
- BRAUN, D.; POPA, S. A.; SCHMITT, H. Responding to the crisis: Eurosceptic parties of the left and right and their changing position towards the European Union. *European Journal of Political Research*, p. 1-22, 2019.
- BRAUN, Elisa. Pfizergate: Will we ever see von der Leyen's texts? — and other burning questions. *Politico*, Bruxelas, 14 maio 2025. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/pfizer-gate-ursula-von-der-leyen-eu-commission-pfizer-albert-bourla-covid-19/>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- CANUTO, Livia Teixeira; DE OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em revista*, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020.
- CHOPIN, Thierry; LEQUESNE, Christian. Disintegration Reversed: Brexit and the Cohesiveness of the EU27. The nested games of Brexit, p. 119-131, 2022.
- CIAGLIA, Sarah; FUEST, Clemens; HEINEMANN, Friedrich. What a feeling?! How to promote 'European Identity'. *EconPol POLICY REPORT 09*. Munich, Germany, Vol. 2, October 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. O acordo comercial UE-MERCOSUL. Bruxelas, 2026. Disponível em: https://commission.europa.eu/topics/trade/eu-mercosur-trade-agreement_pt. Acesso em: 23 jun. 2026.

COSTA, O. Le parlement européen dans le système décisionnel de l'Union européenne: la puissance au prix de l'illisibilité. *Politique européenne*, n. 28, p. 129–155, 2009.

COSTA, Olivier. A União Europeia e sua Política Externa: história, instituições e processo de tomada de decisão. Cidade gráfica, 2020.

CUEVAS TALENS, Adrian. THE RISE OF RIGHT-WING POPULISM IN THE EUROPEAN UNION: CAUSES AND CONSEQUENCES. *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 14, n. 27, 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/141443>. Acesso em: 7 abr. 2026.

ECR GROUP. Priorities. Brussels, 2026. Disponível em: <https://ecrgroup.eu/priorities>. Acesso em: 11 maio 2026.

EPP GROUP. Who we are. Brussels, 2026. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/who-we-are>. Acesso em: 11 maio 2026.

ESN GROUP. What we stand for. Brussels, 2026. Disponível em: <https://esn-group.eu/what-we-stand-for>. Acesso em: 11 maio 2026.

EUROPEAN COMMISSION. Europe in 12 lessons. Brussels: Directorate-General for Communication, 2017.

EUROPEAN PARLIAMENT. How plenary works. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/en/organisation-and-rules/howplenary-works>. Acesso em: 3 jun. 2026.

EVANS, Jocelyn A. J. The Dynamics of Social Change in Radical Right-wing Populist Party Support. *Comparative European Politics*, v. 3, p. 76-101, 2005.

FLIGSTEIN, Neil; POLYAKNOVA, Alina; SANDHOLTZ, Wayne. European Integrations, Nationalism and European Identity. *JCMS*, Vol. 50, No. S1, p. 106-122. 2012.

GAGATEK, Wojciech. Explaining the rise of the radical right in Europe. Wilfried Martens Centre for European Studies, 2024.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; SILVA, Renan Francelino da. Estudos de caso: manual para a pesquisa empírica qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2024.

GREENS/EFA. Our vision. Brussels, 2026. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/en/what-we-stand-for/our-vision>. Acesso em: 11 maio 2026.

GRIERA, Max. Patriots for Europe swallows Identity and Democracy: here's what's happening. Euractiv, Bruxelas, 4 jul. 2024. Disponível em:

<https://www.euractiv.com/news/patriots-for-europe-swallows-identity-and-democracy-heres-whats-happening/>. Acesso em: 6 maio 2026.

HALIKIOPOULOU, Daphne; VLANDAS, Tim. What is new and what is nationalist about Europe's new nationalism? Explaining the rise of the far right in Europe. *Nations and nationalism*, v. 25, n. 2, p. 409-434, 2019.

HERRÁN-ÁVILA, Luis. The reinvention of the Latin American right. *NACLA Report on the Americas*, v. 55, n. 1, p. 25–31, 2023.

HIX, Simon; NOURY, Abdul; ROLAND, Gérard. *Democracy in the European Parliament*. 2007.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; WILSON, Carole J. Does left/right structure party positions on European integration?. *Comparative political studies*, v. 35, n. 8, p. 965-989, 2002.

KAINA, Viktoria; KAROLEWSKI, Ireneusz Pawel. *EU governance and European identity*. 2013.

KNOPE, Jeffrey W. Doing a literature review. *PS: Political Science & Politics*, v. 39, n. 1, p. 127-132, 2006.

LECONTE, C. From pathology to mainstream phenomenon: Reviewing the Euroscepticism debate in research and theory. *International Political Science Review*, 36(3), 250–263, 2015.

LUCIANO, Bruno Theodoro. Ainda Eleições de Segunda Ordem? Análise da participação e dos resultados das Eleições Europeias de 2014. *Mural Internacional*, v. 5, n. 2, p. 198-212, 2014.

LUCIANO, Bruno Theodoro; JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. Representatividade e legitimidade na União Europeia: o Comité das Regiões e o Parlamento Europeu. *Análise Europeia*, v. 2, n. 4, p. 74-98, 2017.

MACIEJEWSKI, Mariusz. Parlamento Europeu: contexto histórico. In: *PARLAMENTO EUROPEU*. 2025. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/11/parlamento-europeu-contexto-historico>. Acesso em: 3 jun. 2025.

MAGALHÃES, David; CALDEIRA NETO, Odilon. As vias de transnacionalização da ultradireita brasileira. *CEBRI-Revista*, Rio de Janeiro, p. 101–117, 25 set. 2024. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/173/as-vias-de-transnacionalizacao-da-ultradireita-brasileira>. Acesso em: 5 dez. 2025.

MAYER, Rodrigo. A extrema direita hoje de Cass Mudde: um guia para compreender o radicalismo de direita. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 288–295, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/prolam/article/view/212566>. Acesso em: 7 fev. 2026.

MCELROY, Gail; BENOIT, Kenneth. Party groups and policy positions in the European Parliament. *Party politics*, v. 13, n. 1, p. 5-28, 2007.

MCGOWAN, Lee. The Rise of the Far Right in the European Union: Assessing its Significance following the June 2024 European Parliamentary Elections. *European Integration in Times of Security Challenges*, p. 117-134, 2025.

MUDDE, Cas. *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester - New York: Manchester University Press, 2000.

MUDDE, Cas. The 2024 EU elections: The far right at the polls. *Journal of Democracy*, v. 35, n. 4, p. 121-134, 2024.

MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. John Wiley & Sons, 2019.

OLIVEIRA, Maria Fernanda. Sonhado há 30 anos, acordo Mercosul-UE entra em vigor. Agência Senado, 17 abr. 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2026/04/sonhado-ha-30-anos-acordo-merc-sul-ue-entra-em-vigor>. Acesso em: 7 jul. 2026.

OLSEN, Jonathan; MCCORMICK, John. *The European Union: politics and policies*. 6. ed. New York: Routledge, 2018.

ORELLANA, Pablo de; MICHELSEN, Nicholas. Reactionary internationalism: the philosophy of the new right. *Review of International Studies*, v. 45, n. 5, p. 748–767, 2019.

OTJES, Simon; VAN DER VEER, Harmen. The Eurozone crisis and the European Parliament's changing lines of conflict. *European Union Politics*, v. 17, n. 2, p. 242-261, 2016.

PARLAMENTO EUROPEU. Como são eleitos os deputados ao Parlamento Europeu? 2026a. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/faq/4/como-sao-eleitos-os-deputados-ao-parlamento-europeu>. Acesso em: 28 abr. 2026.

PARLAMENTO EUROPEU. Resultados eleitorais: 1979-1984: Sessão Constitutiva. Bruxelas, 2026b. Disponível em: <https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-eleitorais/1979-1984/parlamento-cessante/>. Acesso em: 13 maio 2026.

PARLAMENTO EUROPEU. Grupos políticos. Bruxelas, 2026c. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/organisation-and-rules/organisation/political-groups>. Acesso em: 13 maio 2026.

PARLAMENTO EUROPEU. Deputados: Patriots for Europe Group. Bruxelas, 2026d. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/meps/pt/search/advanced?euPoliticalGroupBodyRefNum=7150>. Acesso em: 13 maio 2026.

PATRIOTS FOR EUROPE. Delegations. Brussels, 2026a. Disponível em: <https://www.patriotsforeurope.eu/delegations>. Acesso em: 11 maio 2026.

PATRIOTS FOR EUROPE. Home page. Brussels, 2026b. Disponível em: <https://www.patriotsforeurope.eu/>. Acesso em: 11 maio 2026.

PATRIOTS FOR EUROPE. Priorities. Brussels, 2026c. Disponível em: <https://www.patriotsforeurope.eu/#priorities>. Acesso em: 13 maio 2026.

PATRIOTS FOR EUROPE. Blog/News. Brussels, 2026d. Disponível em: <https://www.patriotsforeurope.eu/posts>. Acesso em: 03 jun. 2026.

PAVYA, Eeva. O Parlamento Europeu: organização e funcionamento. In: PARLAMENTO EUROPEU. 2024. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/20/o-parlamento-europeu-organizacao-e-funcionamento>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana. (Eds) The Rise of the radical right in the Global South. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2023.

PIRRO, Andrea LP. Far right: The significance of an umbrella concept. Nations and Nationalism, v. 29, n. 1, p. 101-112, 2023.

RANKIN, Jennifer. ECJ to fine Hungary €1m a day until it complies with EU refugee laws. The Guardian, Brussels, 13 jun. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/article/2024/jun/13/hungary-fined-over-treatment-of-asylum-seekers-in-unprecedented-breach-of-eu-law>. Acesso em: 11 jun. 2026.

RENEW EUROPE. What we stand for. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://www.reneweuropengroup.eu/what-we-stand-for>. Acesso em: 11 maio 2026.

RITTBERGER, B. The Creation and Empowerment of the European Parliament. Journal of Common Market Studies, v. 41, p. 203–226, 2003.

ROODUIJN, Matthijs; BURGOON, Brian; ELSAS, Erika J. van; WERFHORST, Herman G. van de. Radical distinction: support for radical left and radical right parties in Europe. European Union Politics, v. 18, n. 4, p. 536-559, 2017.

SADECKI, Andrzej. Patriots for Europe: Orbán's attempt to unite the radical right. Warsaw: Centre for Eastern Studies (OSW), 23 jul. 2024. Disponível em: <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2024-07-23/patriots-europe-orbans-attempt-to-unite-radical-right>. Acesso em: 13 maio 2026.

SANAHUJA, José A.; BURIAN, Camilo L. La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional. Conjuntura Austral, v. 11, n. 55, p. 22-34, 2020.

SANTOS, L. N. Populismo e Euroceticismo em cidadãos da União Europeia. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

SHROUFI, Omran. What the far right is (n't). In: The ethics of researching the far right. Manchester University Press, 2024. p. 13-22.

SILVA, C. C. R. O retorno do Euroceticismo? Uma análise dos impactos da crise financeira na identidade europeia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

SOCIALISTS AND DEMOCRATS. Who we are. Brussels, 2026. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/who-we-are>. Acesso em: 11 maio 2026.

SZUCKO, Angélica Saraiva. Análise tridimensional da identidade europeia: Desenho de pesquisa. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR, Vol. 5, No. 1, 2017.

TAGGART, P. A Touchstone of Dissent: Euroscepticism in Contemporary Western European Party Systems. European Journal of Political Research, v. 33, pp. 363-388, 1998.

TAGGART, P.; SZCZERBIAK, A. The Party Politics of Euroscepticism in EU Member and Candidate States. Sussex European Institute, 2002.

THE LEFT. What we stand for. Brussels, 2026. Disponível em: <https://left.eu/what-we-stand-for-2/>. Acesso em: 11 maio 2026.

TOSTES, Ana Paula Balthazar et al. AS AMEAÇAS DA NOVA DIREITA NA EUROPA: UM BALANÇO DAS ELEIÇÕES EUROPEIAS DE 2019. Revista NEIBA Cadernos Argentina-Brasil, v. 8, p. 01-21, 2019.

TRAVERSO, Enzo. Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória. Tradução de André Bezamat. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

TREIB, Oliver. Euroscepticism is here to stay: what cleavage theory can teach us about the 2019 European Parliament elections. Journal of European public policy, v. 28, n. 2, p. 174-189, 2020.

TSEBELIS, George; GARRETT, Geoffrey. The institutional foundations of intergovernmentalism and supranationalism in the European Union. International organization, v. 55, n. 2, p. 357-390, 2001.

ULTAN, Mehlika Ozlem; ORNEK, Serdar. Euroscepticism in the European Union. International Journal of Social Sciences, v. 4, n. 2, p. 49-57, 2015.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento - 2023/851 - EN - EUR-Lex - European Union. EUR-Lex, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/ALL/?uri=CELEX:32023R0851>. Acesso em: 6 jun. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Países da UE. Bruxelas: União Europeia, [s.d.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries_pt. Acesso em: 12 jun. 2026.

VAN HECKE, Steven. Do transnational party federations matter?(... and why should we care?). *Journal of Contemporary European Research*, v. 6, n. 3, p. 395-411, 2010.

VAN KESSEL, S. Populism, the far right and EU integration: beyond simple dichotomies. *Journal of European Integration*, v. 47, n. 1, p. 127-133, 2025.

VASILOPOULOU, S. Varieties of Euroscepticism: The Case of the European Extreme Right. *Journal of Contemporary European Research*, v. 5, n. 1, p. 3-23, 2009.

WEßELS, Bernhard. Discontent and European Identity: Three Types of Euroscepticism. *Acta Politica*, 42(2-3), 287–306, 2007.

WONKA, Arndt; HAUNSS, Sebastian. Cooperation in networks: political parties and interest groups in EU policy-making in Germany. *European Union Politics*, v. 21, n. 1, p. 130-151, 2020.

ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. *Foreign Aff.*, v. 76, p. 22, 1997.

APÊNDICE A – Análise de conteúdo qualitativa de "plenary booklets" do PfE (outubro 2024 - maio 2026)

Os arquivos originais, dados e a categorização qualitativa que fundamentam a análise desta pesquisa estão disponíveis na íntegra em formato de planilha eletrônica. Em conformidade com as diretrizes contemporâneas de transparência e integridade na pesquisa científica, registra-se o uso assistivo de tecnologia generativa. Desse modo, o modelo de linguagem de grande escala Gemini (versão Flash) foi empregado na etapa de pós-produção textual com o propósito específico de aprimorar a coesão, a coerência e a uniformidade estilística do texto. Salienta-se que a ferramenta não foi utilizada para a geração de conteúdo original, formulação teórica ou coleta de dados empíricos. O direcionamento lógico da pesquisa, o processo de análise de conteúdo das fontes primárias e a redação final basearam-se rigorosamente nos fichamentos e reflexões originais de autoria do próprio pesquisador.

Para acessar o documento completo com todas as variáveis (eurodeputados, agendas temáticas e citações diretas), utilize o endereço eletrônico abaixo:

Link de acesso:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1dWopZluSj7k_u9EWIdCpwtEyd4e-MJpF6i4VQhzYKgs/edit?usp=sharing